

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

DANIEL OLIVEIRA GUICHARD

**RECONSTRUINDO O TIANXIA: A CHINA E A ELABORAÇÃO DE SUA PRÓPRIA
TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Santana do Livramento
2014**

DANIEL OLIVEIRA GUICHARD

**RECONSTRUINDO O TIANXIA: A CHINA E A ELABORAÇÃO DE SUA PRÓPRIA
TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anna Carletti

**Santana do Livramento
2014**

DANIEL OLIVEIRA GUICHARD

**RECONSTRUINDO O TIANXIA: A CHINA E A ELABORAÇÃO DE SUA PRÓPRIA
TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 12 de agosto de 2014.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Anna Carletti
Orientadora
UNIPAMPA

Prof. Me. Flávio Lira
UNIPAMPA

Prof. Dr. Victor Hugo Burgardt
UNIPAMPA

AGRADECIMENTO

Agradeço a meus pais pelo amor e apoio depositados em mim – obrigado por confiarem em meus potenciais, mesmo quando, sobre tais, hesito. À minha irmã, por ser o sorriso em minha face e a cor para o que há de cinzento em meus dias. À minha avó, força da natureza. Aos meus inspiradores tios-avôs, Mário e Marlene. Às três mulheres maravilhosas que trazem alegria, inteligência e beleza à minha vida: Caroline, Salete e Thaís. À minha orientadora, pela sabedoria compartilhada e confiança em meu trabalho.

Agradeço aos amores que tive, e aos que terei. Aos educadores que acreditam no poder imensurável da cultura e da liberdade de pensamento. A todos aqueles que contribuem para um mundo mais tolerante, sábio e feliz – e, especialmente, aos escritores, músicos e cineastas que me refugiam quando decido me isolar de nossa habitualmente intolerante, ignorante e infeliz sociedade.

“My little China girl, you shouldn’t mess with me, I’ll ruin everything you are: I’ll give you television, I’ll give you eyes of blue, I’ll give you men who want to rule the world”.

David Bowie

RESUMO

O presente trabalho intenta compreender o contemporâneo processo de elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais. Para tal, busca-se, primeiramente, a compreensão basilar da ascensão econômica e política da China no sistema internacional, bem como o entendimento do que são as teorias das Relações Internacionais – passos fundamentais para a abordagem da elaboração chinesa de sua própria teoria para a análise, interpretação e projeção das Relações Internacionais. A China, dada sua notabilidade e influência no interligado cenário internacional, especialmente após sua abertura econômica sob a égide do governo de Deng Xiaoping há cerca de três décadas, percebe-se em um período de liderança regional e de destaque entre os países ascendentes. Tal crescente papel perante o sistema mundial aflora, por sua vez, a intensificação de produções acadêmicas chinesas para as Relações Internacionais, a exemplo da elaboração de sua própria teoria das Relações Internacionais. Ainda em construção, tal teoria busca e reconstrói conceitos da cultura clássica chinesa, a exemplo do *tianxia*, como instrumento para a interpretação do cenário internacional e, principalmente, para idealizá-lo a seu molde, buscando, assim, maior adaptabilidade e harmonia em relação a uma nova ordem mundial mais inclusiva quanto aos atores internacionais, congregante em interesses em prol da humanidade e desejosa por um sistema global mais harmônico e menos estadocêntrico.

Palavras-Chave: China; Teoria das Relações Internacionais; *tianxia*.

ABSTRACT

This paper tries to understand the contemporary process of developing a Chinese theory of International Relations. To understand it, we seek first to comprehend China's growing policy of in the international system, as well as the understanding of what are the theories of International Relations - key steps to approach the Chinese development of it's own theory for analysis, interpretation and projection of International Relations. China, given its notability and influence in the interconnected international scene, especially after its economic liberalization under the auspices of the government of Deng Xiaoping about three decades ago, one sees a period of regional leadership and prominence among the accession countries. This growing role on the world system emerges, in turn, the intensification of Chinese academic productions for International Relations, such as the elaboration of it's own theory of International Relations. Still under construction, this theory seeks and reconstructs concepts of classical Chinese culture, such as *Tianxia* as a tool for interpreting the international scene and especially to idealize it to a chinese template, thus seeking greater adaptability and harmony in relation to a new world order more inclusive about international actors, congregating on concerns for humanity and longing for an overall more harmonious and less status focused system.

Keywords: China; International Relations theories; Tianxia.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre a China contemporânea e outros países através das décadas	16
Mapa 2 – Dinastia Han	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A CONTEMPORÂNEA ASCENSÃO CHINESA NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	13
3	TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	25
4	A ELABORAÇÃO DE UMA TEORIA CHINESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	34
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Em processo de ascensão econômica e notabilidade política no cenário internacional, a China tem se demonstrado um dos atores mais influentes nas relações internacionais contemporâneas. A participação chinesa em organismos internacionais, sua liderança regional e seus notáveis índices de crescimento econômico, dentre outros fatores, elevam a China ao patamar de potência em ascensão – tal posicionamento na ordem internacional, por sua vez, intensifica a produção de estudos sobre a China.

O presente trabalho, todavia, não foca na visão do mundo acerca da China, mas, *au contraire*, na visão que a China tem sobre o mundo, mais especificamente sobre a atual elaboração chinesa de uma teoria das Relações Internacionais. As teorias das Relações Internacionais são o conjunto de ideias e escolas que visam à análise, interpretação, compreensão e projeção das relações entre os atores internacionais, tendo funções desde prismas acadêmicos interpretativos a guias para a política externa.

De tal modo, as teorias das Relações Internacionais podem ser consideradas construções que representam uma síntese do pensamento e da ação dos sujeitos no âmbito internacional (CASTRO, 2012). Todavia, o processo contínuo e mutável de interesses, estratégias, interações e comportamentos torna árduo, quiçá inexecutável, o entendimento pleno de quais bases específicas fornecem escopo à construção de uma teoria das Relações Internacionais (WALTZ, 2002).

É possível, porém, explicar algumas bases constitutivas das teorias que visam à compreensão do cenário internacional em diferentes periodicidades. Tais bases devem circundar a compreensão de alianças e comportamentos, bem como a prevenção de conflitos, atuando na busca do entendimento do cenário mundial e suas probabilidades. De tal modo, a constituição das teorias das Relações Internacionais predominantes se dá notavelmente pelos principais atores do contexto global.

Em tal sentido, as teorias que norteiam e interpretam as relações entre nações e seus constituintes são majoritariamente de tradição ocidental, demonstrando vieses interpretativos europeus e estadunidenses, marcados consideravelmente a partir das teorias liberais do momento sucessor à Primeira Guerra Mundial (SARFATI, 2005). O contexto contemporâneo de ascensão de países emergentes e de novo arranjo mundial, entretanto, possibilita o espaço para novos conjuntos teóricos que expliquem as relações internacionais – e, nesse aspecto, a emergência chinesa hodierna, influenciada pelo desejo de reformistas chineses desde fins do

século XIX (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008), pode contribuir através de uma construção teórica própria das Relações Internacionais.

Historicamente, a China demonstrou certo comportamento isolacionista, procurando manter a coesão interna e a estabilidade política em seu Estado, voltada, assim, mais para suas próprias políticas internas que para o restante do mundo (YAQING, 2009). Porém, entre os séculos XVIII e XX, o país sofreu diversas rebeliões internas e invasões estrangeiras, tornando a necessidade de se pensar o mundo além-fronteiras eminente para a própria manutenção da soberania chinesa.

Assim, passando por diversas reformas internas, desde o nacionalismo rígido de Mao Zedong à internacionalização promovida por Deng Xiaoping, o crescimento econômico chinês trouxe relevância inegável à China e às suas relações. A emergência da China como um dos países líderes em um contexto contemporâneo, também frente ao BRICS (acrônimo para o grupo não formal de países em ascensão que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), traz à tona, portanto, a eminência da compreensão do pensamento chinês em torno das relações internacionais. De tal maneira, percebe-se na atualidade a construção de uma teoria chinesa das Relações Internacionais pautada notavelmente em conceitos chineses clássicos, especialmente o *tianxia* (YAQING, 2009).

Tal conceito chinês pode ser traduzido por “tudo o que há sob o céu”, remontando à ideia imperial utilizada, dentre outras funções, para a tributação dos reinos vizinhos. Ainda, segundo Yaqing (2009), essa conceptualização agregava uma combinação de natureza e moralidade – para além do próprio quesito tributário – em que a política na Terra deveria se espelhar no ideal do céu, considerado harmônico e perfeitamente integrado, para o funcionamento de um sistema cultural, moral e essencial às políticas de tributação.

Todavia, a construção de uma teoria chinesa das Relações Internacionais inspirada pelo *tianxia* parte não de sua reaplicação, mas de sua reformulação, uma vez que a China consiste contemporaneamente como um dos *global players* de destaque, e não como portadora de características idênticas àsquelas de seu período imperial (KISSINGER, 2011). A busca pela própria formulação teórica advinda do pensamento chinês é, portanto, um processo importante para a ampliação da gama de teorias das Relações Internacionais (YAQING, 2009).

Deste modo, a formulação chinesa de sua própria teoria das Relações Internacionais busca conceitos clássicos da milenar cultura da China como fundamentos para seu desenvolvimento. Entretanto, como assinala Yaqing (2009), tal processo demanda a

reconstrução conceitual para o contexto histórico atual, de modo a possibilitar uma interpretação do cenário internacional, bem como certa previsão das relações internacionais em uma ordem mundial marcada pela presença chinesa como expoente econômico, político, social e cultural.

No presente trabalho, há o objetivo geral de investigação do atual movimento de construção de uma teoria chinesa das Relações Internacionais, buscando a compreensão das características que norteiam tal processo em elaboração. Como objetivos específicos, visamos à compreensão do processo de ascensão da China no cenário internacional, bem como a certo entendimento basilar das teorias clássicas das Relações Internacionais. Desta forma, acreditamos tornar mais claro o processo chinês de interpretação do sistema mundial, recente e dotado de semelhanças e contrastes com as tradicionais teorias das Relações Internacionais.

Pensamos que tal estudo justifica-se por sua utilidade para a compreensão da ótica chinesa sobre o cenário mundial, bem como para o entendimento de quais são as interpretações que norteiam o futuro das Relações Internacionais e o seu reordenamento. Além disso, a atualidade do tema proposto denota limitada bibliografia sobre o assunto, aumentando a relevância do estudo da construção de uma teoria chinesa das Relações Internacionais.

Este trabalho utiliza como metodologia a pesquisa teórica de abordagem qualitativa. Assim, através da análise indutiva dos recentes artigos em torno da temática da elaboração chinesa de sua própria teoria das Relações Internacionais, bem como a de fontes bibliográficas sobre a história chinesa moderna e contemporânea, buscamos o entendimento do processo de desenvolvimento de uma teoria chinesa das Relações Internacionais.

Ao longo de seu desenvolvimento, o trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a ascensão político-econômica chinesa, de modo a versar sobre a sua notabilidade no cenário internacional e seu papel como uma das lideranças na Nova Ordem Mundial. Para tal, *China: Uma nova história*, de Fairbank e Goldman (2008), bem como *Sobre a China*, de Henry Kissinger (2011), serão basilares.

No segundo capítulo, abordamos diversos conceitos e denominações clássicas referentes às teorias das relações internacionais. Assim, através de autores como Sarfati (2005), Waltz (2002) e Castro (2012), percorremos as noções que dão base aos conjuntos de ideias conhecidos como teorias das Relações Internacionais, de modo a facilitar a compreensão do capítulo seguinte.

Por sua vez, no terceiro e último capítulo, versamos essencialmente sobre o processo de elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais, constituindo o maior foco do presente trabalho. A construção de tal capítulo se dá através de bibliografias recentes e artigos acadêmicos de autores como Qin Yaqing (2009) e Ching-Chang Chen (2011).

2 A CONTEMPORÂNEA ASCENSÃO CHINESA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A história da civilização chinesa foi marcada, majoritariamente, pelo isolacionismo frente às relações internacionais do país (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). Com o objetivo de manter a coesão interna e a estabilidade do Estado, a China se caracterizou como um país cujas políticas focavam essencialmente o cenário interno, ainda que houvesse relações com povos próximos (YAQING, 2009).

Todavia, tal isolacionismo predominante sofreu gradual ruptura devido a uma série de rebeliões internas e invasões estrangeiras entre os séculos XVIII e XX, impulsionando a China a lidar mais intensamente com outros Estados e fortalecer relações a fim de garantir a própria soberania. Ao longo dos últimos dois séculos, conflitos com o ocidente influenciaram consideravelmente o estabelecimento definitivo da China como um ator internacional com a necessidade eminente de pensar e planejar suas relações além-fronteiras para sua própria manutenção (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

O fato de que, frequentemente, a China esteve entre as civilizações mais avançadas em termos de progresso tecnológico ao longo dos últimos três milênios, no entanto, não a caracteriza como potência em ascensão *per se*. A terminologia de grande potência ou potência em ascensão se refere à China contemporânea, não sendo determinada necessariamente por suas características históricas (LYRIO, 2010).

Segundo Lyrio (2010), dentre as características afirmativas sobre a ascensão chinesa, estão aspectos materiais (meios, modos, potencialidade e capacidade produtiva) e aspectos objetivos (fatores físicos, humanos e econômicos). De tal modo, através da medição das capacidades e da estabilidade de um país, seria possível interpretar o caráter ascendente de tal Estado. Ainda, segundo o autor, a denominação de um país como potência se refere à capacidade dele em relação a seu exercício de poder na interação com outros atores internacionais, sejam eles Estados ou agentes não estatais. Assim, a caracterização de um Estado como potência ou potência em ascensão estaria vinculada ao seu notável potencial de ação em relação aos outros agentes do sistema internacional.

A fim de avaliar que fatores poderiam levar à caracterização da China como “grande potência” – atual ou em gestação – é necessário antes examinar o próprio conceito de “grande potência”. Martin Wight, em seu livro “A política do poder”, enumera diversas definições, como a de Treitschke (“um Estado pode ser considerado grande potência se uma coalizão de outros Estados for necessária para levar a cabo sua total destruição”), de Toynbee (“uma grande potência pode ser definida como uma força política que exerce um efeito que se estende sobre o maior campo de ação da sociedade na qual opera”) e de Alfred Zimmern (“todo Ministro das Relações

Exteriores de uma grande potência preocupa-se com o mundo todo durante todo o tempo”) (LYRIO, 2010, p. 28).

Em torno de tais conceitos, há certa semelhança com a definição dada por Paul Kennedy (1988, p. 539), cujo argumento é o de que “[uma grande potência] é aquele Estado capaz de se perpetuar contra qualquer outra nação”. Ainda, em sentido mais amplo, há a seguinte definição:

Para o historiador francês J. C. Druon, grandes potências são “Estados particularmente fortes em todos os domínios e que, por isso mesmo, são naturalmente levados a impor efetivamente a sua vontade a outros Estados e a certas regiões desorganizadas. Essas potências, de certo modo, são ‘zonas de alta pressão diplomática’, que imprimem o seu movimento à história geral do mundo”. [...] O que há em comum a todas essas definições, como de resto em discussões sobre o conceito de “poder” ou potência aplicado à política em suas mais diversas formas e âmbitos, é o elemento relacional, ou seja, uma grande potência não se define por características absolutas, abstraídas de um contexto e de um tempo, e sim por sua comparação com outras nações em dada conjuntura. Poder não apenas se mede no âmbito de uma relação entre indivíduos ou entidades distintas; o próprio conceito de “poder” pressupõe a existência dessa interação. No que se refere à política, não há poder sem relacionamento, sem interação, seja ela real ou potencial. O mesmo poderia ser dito da caracterização de uma “grande potência”, a qual depende de um contexto e de uma interação particular com outras unidades do sistema internacional para ser identificada como tal (LYRIO, 2010, p. 29).

De tal modo, a percepção da China como potência econômica e política está diretamente relacionada à sua capacidade de influência, como ator ativo no contexto global, e não apenas como um Estado que responde aos desafios internacionais passivamente. A própria intensificação quanto a questões de segurança, comuns a países em ascensão, caracterizam o dilema vivido pela China entre construir novas alianças estratégicas, o que poderia causar retaliações de outras potências, ou não construí-las, tornando o país em ascensão possivelmente mais vulnerável (GOLDSTEIN apud MEDEIROS, 2008, p. 90).

Além disso, Lyrio (2010) aponta para algumas características que intensificariam a denominação da China como grande potência ou potência em ascensão. Dentre tais características, estão os fatos de o país ser o terceiro maior território mundial, possuir a maior população do planeta e deter notável produção industrial, fortalecendo seus aspectos materiais e potenciais como Estado de destaque no cenário internacional.

Em tal contexto, o considerável crescimento da economia chinesa nas últimas três décadas mostra-se como um dos pilares essenciais para o reconhecimento da ascensão do país. Segundo dados da Economist Intelligence Unit (2007), o crescimento econômico chinês manteve uma taxa média de 9,5% entre 1978, com as reformas de gradual liberalização

econômica elaboradas por Deng Xiaoping, e 2007, representando, segundo o mesmo relatório, três vezes o crescimento econômico dos Estados Unidos no mesmo período.

Lyrio (2010) ressalta que, todavia, o crescimento econômico da China possuiu caráter de destaque mesmo antes de 1978:

[...] de 1948 a 1978, período marcado por grande instabilidade política e econômica – Revolução de 1949, “Grande Salto Adiante”, retirada da ajuda econômica e técnica da URSS após o cisma sino-soviético, Revolução Cultural –, o crescimento do produto chinês foi, em média, de 6% ao ano. Tendo em conta que a mera ascensão do PCC ao poder, em 1949, garantindo um mínimo de unidade política ao país (em contraste com o meio século anterior de guerra civil e ocupação externa), já permitiu à China alcançar um ritmo de crescimento significativo mesmo em meio aos excessos do Maoísmo, não surpreende que a relativa estabilidade política pós-Revolução Cultural tenha criado condições favoráveis para um ritmo ainda mais espetacular de crescimento (LYRIO, 2010, p. 36).

Logo, no início do século XXI, nota-se a realização do objetivo reformista de líderes chineses de transformar o país em um ator “poderoso e rico”. A crescente economia chinesa trouxe novo fortalecimento ao Estado através das reformas relativamente mais liberalizantes de Deng Xiaoping – consideravelmente mais do que através das reformas nacionalistas de Mao Zedong, de certo caráter isolacionista frente ao mundo ocidental (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). Assim, vê-se que as estratégias modernizantes e de caráter de transição econômica visando à economia de mercado com liderança estatal, iniciadas no fim da década de 1970 por Deng Xiaoping, mantiveram, de certo modo, sua continuação e notável amplificação no Estado chinês (MEDEIROS, 2008).

Em 1978, o país adota a política das Quatro Modernizações, que consagra reformas internas como a descoletivização gradual da agricultura, a introdução de uma economia mercantil dentro de uma estrutura socialista, a criação de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras e a instalação de empresas transnacionais, destinadas principalmente à exportação [...] para permitir o estabelecimento de determinados mecanismos capitalistas e o assentamento de capitais e empresas estrangeiras. Era o ponto de partida do que Deng Xiaoping denominaria de Economia Socialista de Mercado (VISENTINI, 2011, p. 61).

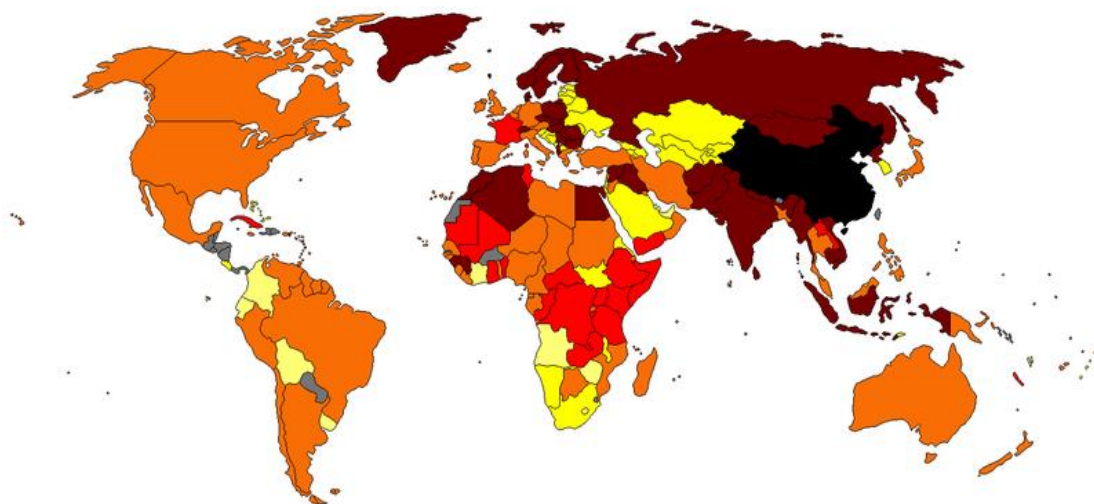
A liberalização econômica gradual advinda das reformas da administração Xiaoping teve continuidade nos governos seguintes, e as décadas sucessoras trouxeram notáveis resultados frente às taxas de crescimento da economia chinesa:

Os resultados das reformas e abertura chinesas logo se fizeram sentir: nos anos 1980 o país passou a exportar alimentos e vem conhecendo um notável crescimento econômico, que desde os anos 80 tem sido de mais de 10% ao ano (atingiu 13%,

enquanto o conjunto da economia mundial tem sido extremamente baixo, às vezes tendendo à estagnação ou ao retrocesso) (VISENTINI, 2011, p. 65).

Dentre o estabelecimento de relações diplomáticas, no contexto contemporâneo chinês, o seguinte mapa ilustra tal processo através das décadas. Como referência, os países em marrom estabeleceram relações diplomáticas com a República Popular da China entre 1949 e a década de 1950; aqueles em vermelho, na década de 1960; aqueles em laranja, na década de 1970; aqueles em bege, na década de 1980; aqueles em amarelo, entre as décadas de 1990 e 2000; os países em cinza não possuem relações diplomáticas com a China.

Mapa 1: Estabelecimento de relações diplomáticas entre a China contemporânea e outros países através das décadas



Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Foreign_relations_of_China

De tal modo, com o desenvolvimento e ampliação das estratégias econômicas e políticas iniciadas através das reformas de Deng Xiaoping, o processo de crescimento econômico chinês, até a contemporaneidade, possui extensiva utilização de fatores até então subutilizados, com destaque ao excedente de mão-de-obra chinesa. Tal fator de produção foi aumentado notavelmente através da maciça migração de chineses do campo para as cidades, impulsionando ainda mais os setores industriais e de serviços nos centros urbanos. Entretanto, aproximadamente 60% da população chinesa mantém-se residente no campo e pratica, comumente, agricultura de subsistência (LYRIO, 2010).

Em relação à manutenção do crescimento econômico chinês, Medeiros (2008) enuncia os seguintes desafios:

São cinco os desafios principais que o desenvolvimento chinês vem enfrentando e que se projetam no futuro imediato: manter o crescimento econômico elevado e deslocar a estrutura produtiva na direção de setores intensivos em ciência e tecnologia; reduzir as assimetrias sociais e regionais de forma a conter a crescente contestação interna e manter a unidade do PCC; expandir a influência econômica e política da China no Sudeste Asiático; garantir a expansão de fontes de suprimento de energia e matérias-primas; e, por último, mas de importância maior, modernizar as forças armadas, dissuadir o projeto de autonomia de Taiwan e contornar as iniciativas estratégicas americanas de isolar e conter a China (2008, p. 90).

Além de tais desafios, percebe-se a existência de críticas de alguns autores céticos em relação à continuidade do processo de crescimento da economia chinesa, especialmente devido ao lento ritmo econômico da população do campo; no entanto, não é esta a perspectiva preponderante.

Embora a discussão da redução do “trabalho excedente” na China seja muito importante do ponto de vista econômico e social, deve-se levar em consideração que do ponto de vista econômico a questão central é a elevação dos salários reais, para a qual a redução do excedente de mão-de-obra contribui, porém, de modo algum, a determina de forma exaustiva (2008, p. 97).

O entendimento da maioria dos especialistas em economia chinesa é que, em longo prazo, a vasta mão-de-obra, inclusive aquela situada no campo, manterá seus baixos custos de produção, sustentando-se em modelo semelhante ao de hoje, com a continuidade da migração de mão-de-obra para os centros urbanos industriais e de serviços (LYRIO, 2010).

É possível, portanto, observar que a maciça quantidade da população rural chinesa poderia atrasar, em certa medida, o aprofundamento do processo de desenvolvimento econômico chinês em relação ao setor industrial centralizado no ambiente metropolitano. Todavia, a notável presença de mão-de-obra a baixos salários, bem como a migração dos chineses do campo para a *urbe*, fortalecem os argumentos favoráveis à continuidade do processo de ascensão e estabelecimento da China como potência, em conjunto com outros fatores que têm dado solidez ao processo de evolução da economia chinesa (MEDEIROS, 2008).

[...] as exportações e os investimentos constituíram, desde os anos 90, as principais fontes de crescimento do PIB chinês, e o consumo das famílias cresceu de forma mais lenta. [...] A elevação do salário real, empurrada por forças demográficas e sociais, poderá resultar não necessariamente numa redução do crescimento econômico devido à menor expansão das exportações – o que pode ser compensada pela mudança no tipo de especialização territorial – mas numa mudança a favor de

um maior crescimento de mercado interno e maior divisão social do trabalho, com uma maior expansão do setor de serviços (2008, p. 97).

Pode-se afirmar que, em relação à ascensão econômica da China, há dois fatores principais: os baixos custos em relação ao emprego de capital frente à extensa mão-de-obra chinesa e ao alto nível de poupança interna devido ao consideravelmente baixo nível de consumo da população. Assim, os fatores demográficos e culturais chineses repercutem intensamente no processo de crescimento econômico do país (LYRIO, 2010). De maneira convergente, Medeiros (2008) afirma que o meteórico crescimento das exportações chinesas, em conjunto com os investimentos externos, é valioso em relação ao crescimento econômico chinês, dados os vantajosos custos de produção de bens industriais aliados aos baixos custos de mão-de-obra.

No entanto, tais fatores não são os únicos a afetar os índices econômicos chineses, pois é a complexidade multifatorial que caracteriza uma potência em ascensão em termos econômicos e políticos. Em tal sentido, devem-se citar também o nível razoável da escolaridade média da população e a infraestrutura herdada em considerável parte ao período nacionalista de Mao Zedong (LYRIO, 2010).

O Fundo Monetário Internacional, por exemplo, considerava que, caso não ocorresse uma reversão das reformas iniciadas no setor bancário e de empresas estatais, a China poderia sustentar um crescimento anual na faixa de 7% a 8% ao ano por pelo menos uma década mais, ritmo que lhe permitiria superar o produto interno norte-americano, medido em poder de paridade de compra (PPC), antes do ano 2020 (LYRIO, 2010, p. 42).

Quanto à divergência entre estudos acadêmicos frente à China ser uma potência emergente ou uma potência consolidada, a China é, segundo dados referentes a 2007, detentora de um produto interno maior do que o dobro daquele referente à Índia – e que superava a soma dos produtos internos brasileiro, indiano e russo. Além disso, em 2007, o produto interno chinês foi de 24,7 trilhões de yuans, aproximadamente 3,28 trilhões de dólares, ultrapassando a Alemanha no ano seguinte como a terceira maior economia do planeta (LYRIO, 2010).

Outra característica vista como habitual em uma potência em franca ascensão no cenário internacional, além do crescimento econômico, é a eclosão de conflitos com nações poderosas e de características hegemônicas como resposta à mudança no equilíbrio de poder. Em tal sentido, comprovou-se certo acirramento nas relações entre China e Estados Unidos,

especialmente entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, em que discursos estadunidenses apontavam para a China e sua possivelmente perigosa ascensão econômica devido ao seu “passado comunista”, bem como para a rivalidade entre China e Taiwan (na qual os Estados Unidos se mostravam favoráveis a Taiwan). Todavia, Hu Jintao, ex-presidente chinês, conseguiu atenuar possíveis situações de conflito através do estreitamento entre as relações com os Estados Unidos, mantendo um diálogo cordial entre os países e de cooperação frente a questões internacionais (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

Lyrio (2010) aponta para o poder de paridade de compra da economia chinesa, decisivo para considerar a China como uma notável potência econômica. Em termos do produto interno bruto chinês em relação ao produto mundial, seu índice era de somente 4% em relação ao produto mundial em 2004 (o que colocaria a China, assim, como sétima maior economia do mundo em tal ano); todavia, em termos de poder de paridade de compra, o índice chinês se estabelecia em 13% (alçando a China, em tais termos, à segunda maior economia do mundo então).

Considerável foi também o comportamento chinês frente à crise de 2008, eclodida no mesmo ano em que a China sediava as Olimpíadas. Atingindo primeiramente os Estados Unidos e a Europa, tal crise financeira levou infusões urgentes de capital chinês em países ocidentais e suas empresas, bem como ao pedido de potências ocidentais para que a China modificasse o valor de sua moeda para aumentar o consumo interno de seu país, incentivando importações (KISSINGER, 2011). Segundo Lyrio (2010), a crise da economia internacional fez, de fato, que a China desse certa ênfase em aumentar o consumo dos chineses entre 2008 e 2009, impulsionando suas importações de modo a tentar regular o mercado internacional, uma vez que sua economia é fortemente dependente de suas exportações.

De tal modo, o colapso dos sistemas financeiros americano e europeu na crise econômica de 2008 elevaram o relativo sucesso chinês frente aos impactos da crise. Assim, notou-se aumento da confiança da opinião pública e dos investimentos em território chinês em tal período de fragilização da economia internacional, especialmente do eixo do Atlântico norte. A ascensão chinesa, então, para muitos, estava consolidada (KISSINGER, 2011).

Tal ascensão chinesa, em um primeiro momento, foi citada com relativa inimizade em alguns pronunciamentos do ex-presidente estadunidense George W. Bush, nos quais ele a denominava como um “competidor estratégico” e “a maior preocupação dos Estados Unidos no cenário internacional”. Entretanto, com os ataques ocorridos em 11 de setembro de 2001,

os Estados Unidos começaram sua jornada contra o terrorismo, apoiado pela China, o que a tornou, então, um “parceiro estratégico” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

Um dos motivos para a cooperação renovada foram os ataques de 11 de Setembro, que redirecionaram o foco estratégico primário dos Estados Unidos para longe do Leste Asiático e na direção do Oriente Médio e do Sudoeste Asiático, com guerras no Iraque e no Afeganistão e um programa para combater terroristas. A China, não mais constituindo um deságio revolucionário da ordem internacional e preocupada com o impacto do terrorismo global dentro de suas próprias regiões minoritárias, especialmente Xianjiang, condenou rapidamente os ataques de 11 de Setembro e ofereceu apoio de inteligência e diplomático. No desencadeamento da guerra do Iraque, ela foi notavelmente menos contrária aos Estados Unidos na ONU do que alguns aliados americanos (KISSINGER, 2011, p. 473).

Em tal sentido, Medeiros (2008) argumenta sobre a existência de certa política de contenção estadunidense frente à ascensão chinesa. Tal política teria sido iniciada na década de 1990, tomando diferentes formas no novo milênio, e a China, em tal contexto, estaria estrategicamente ciente:

A China vem desenvolvendo ampla iniciativa voltada a construir um “Poder nacional abrangente”. Ela inclui uma política comercial e diplomática e uma estratégia militar. No campo comercial e diplomático, a crescente afirmação da China nos fóruns multilaterais e sua política na Ásia são elementos centrais. Em particular, entre os países asiáticos, a tentativa de anular a ação americana através de políticas econômicas, diplomáticas e militares constitui o motivo principal da “grande estratégia chinesa”. [...] objetiva a desfazer as desconfianças políticas e militares dos países da ASEAN – a periferia geográfica da China, mas sob forte influência americana [...]. Tais desconfianças têm sido exploradas diretamente pelos EUA com o estabelecimento de acordos comerciais bilaterais de cooperação militar (2008, p. 108).

Kissinger (2011) analisa, sobre tal contexto, o papel chinês e estadunidense frente ao bem-estar e funcionamento do cenário global:

Os Estados Unidos e a China têm a obrigação, em nome de seu povo e do bem-estar global, de tentar. Ambos são grandes demais para serem dominados pelo outro. Logo, nenhum dos dois é capaz de definir termos para a vitória numa guerra ou num conflito nos moldes da Guerra Fria. Eles precisam se fazer as perguntas que aparentemente nunca foram postas formalmente no tempo do Memorando Crowe: Aonde um conflito vai nos levar? (2011, p. 505).

Ao longo de diferentes governos chineses, a expressão mais utilizada para o contínuo processo de ascendência internacional em termos políticos e econômicos da China tem sido o de “ascensão pacífica” (*heping jueqi*), termo cunhado por Zheng Bijian, célebre intelectual e conselheiro político chinês. Além de tal termo, os discursos chineses frequentemente citam

suas intenções para as relações internacionais de seu país através do conceito de “paz e desenvolvimento” (*heping yu fazhan*) (LYRIO, 2010). Kissinger (2011) cita, no mesmo sentido, as ideias que pautaram a fala de Hu Jintao em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, declarando a necessidade da construção de um mundo em harmonia, de paz duradoura e de prosperidade comum, enfatizando também a relevância das Nações Unidas e seu papel como estrutura asseguradora para a segurança e o desenvolvimento do cenário internacional (KISSINGER, 2011).

A caracterização do crescimento chinês econômico e político como “ascensão pacífica”, dada principalmente devido ao seu comportamento nas últimas três décadas e suas possíveis projeções, é presente em discursos oficiais chineses. No entanto, devido a críticas externas referentes ao termo “ascensão” e seu histórico uso imperialista por potências, houve divergência entre teóricos em relação ao processo de ascensão chinesa e seu caráter pacífico.

Autores como Robert Kaplan (2005) apontam a inevitabilidade de uma ascensão chinesa belicosa tal como a que se deu na Alemanha e no Japão nas primeiras décadas do século XX. [...] Ao lado destas análises e proposições, vozes mais prudentes, como a de Kissinger, embora reconheçam que o centro de gravidade internacional mudou do Atlântico para o Pacífico, discordam basicamente da premissa de que um confronto estratégico com a China seja inevitável. A base da ascensão chinesa, argumentava Kissinger, era econômica e política, ao invés de militar, e sua doutrina militar excluía um confronto direto se o resultado fosse incerto (ARRIGHI apud MEDEIROS, 2008, p. 106).

Kissinger (2011) traz à superfície princípios da China clássica que se direcionam ao encontro do que é defendido ao longo do processo ascendente chinês, bem como o crescente cuidado da China frente à denominação de seu processo de crescimento:

As teorias da “ascensão pacífica” e “mundo harmonioso” evocam os princípios da era clássica que asseguraram à China sua grandeza: gradualista; em harmonia com as tendências e fugindo do conflito aberto; organizada tanto em torno de aspirações morais de uma ordem mundial harmoniosa quanto da dominação efetiva física ou territorial. Elas também descreviam um caminho para o status de grande potência plausivelmente atraente para uma geração de líderes que haviam chegado à maturidade durante o colapso social da Revolução Cultural, que sabiam que sua legitimidade dependia agora em parte de entregar ao povo chinês uma dose de riqueza e conforto e um descanso dos tumultos e privações do século precedente. Refletindo uma postura ainda mais cuidadosa, a expressão “ascensão pacífica” foi substituída em pronunciamentos oficiais chineses por “desenvolvimento pacífico”, supostamente porque a noção de “ascensão” era demasiadamente ameaçadora e triunfalista (KISSINGER, 2011, p; 480).

Nos últimos anos, tem-se utilizado o termo “desenvolvimento pacífico” em documentos oficiais chineses, tentando, de tal modo, escapar às possíveis interpretações de caráter expansionista impregnadas no termo “ascensão”. Em consonância com a estratégia de abertura econômica, ainda que com forte presença estatal, herdadas a partir das políticas afirmadas por Chu En-Lai e Deng Xiaoping, Hu Jintao, em discurso presidencial em 2007, defendeu a política dos “Quatro Nãos”: não à hegemonia, não à força, não à formação de blocos e não à corrida armamentista (MEDEIROS, 2008). Em tal sentido, a ascensão chinesa indica, portanto, não o agigantamento de um “novo Império”, de uma hegemonia ou um “revanchismo” (PINTO, 2005).

O processo de ascensão política e econômica e consolidação da China como potência, porém, ainda possui desafios eminentes. No campo econômico, a transição de sua inserção externa pautada em produtos padronizados e de mão-de-obra intensiva para produtos com base em ciência e tecnologia, bem como o incentivo do consumo interno é um dos problemas notáveis no desenvolvimento chinês. Socialmente, há a necessidade da redução de desigualdades quanto à distribuição de renda, essencialmente frente ao contraste de qualidade de vida entre a população urbana e a população rural, uma vez que esta última constitui maioria da população, porém carece de recursos e investimentos governamentais. Além disso, questões de segurança energética e militar se fazem presentes, demandando, por exemplo, a instalação de fontes estáveis para o abastecimento de petróleo e gás (MEDEIROS, 2008).

Assim como os desafios supracitados, o crescimento chinês lida com outros problemas desde o fim da Guerra Fria (1945 – 1991). Dentre tais questões, há o enfrentamento a tendências de potencial desestabilizador (reflexo do crescimento econômico acelerado), assim como certa resistência na introdução de ferramentas de livre mercado em uma esfera social ainda marcada por formas socialistas no âmbito social e político. A urbanização caótica, a imigração crescente e os altos índices demográficos constituem, também, aspectos preocupantes no território do país em ascensão, bem como a pobreza que assola mais de 40 milhões de chineses (VISENTINI, 2011).

Segundo o padrão de vida de um dólar por dia estabelecido pelas Nações Unidas, a China possui hoje 150 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Mesmo baseado no padrão de pobreza de renda per capita de 1.200 yuan, a China ainda tem mais de 40 milhões de pessoas vivendo na pobreza. No presente, há ainda 10 milhões de pessoas sem acesso a eletricidade, e a questão de empregos para 24 milhões de pessoas tem de ser resolvida a cada ano. A China possui uma imensa população e uma fundação fraca, o desenvolvimento entre as cidades e o campo é desigual, a estrutura industrial não é racional, e o subdesenvolvido estado das forças

de produção não mudou fundamentalmente (BINGGUO apud KISSINGER, 2011, p. 502).

Em relação à diplomacia e às relações internacionais chinesas contemporâneas, há continuidade em aspectos majoritariamente pacíficos. Um possível conflito quanto ao estreito de Taiwan, que provavelmente contaria com forças contrárias à China em tal contexto, como a força militar dos Estados Unidos, traria más repercussões econômicas, políticas e diplomáticas à projeção chinesa no cenário internacional. Assim, com a manutenção da prioridade chinesa sobre seu desenvolvimento econômico, sua ascensão mantém o caráter pacífico empregado nos discursos presidenciais (MEDEIROS, 2008).

Ao longo do período que tem marcado o crescimento chinês em diversos aspectos, especialmente nas últimas três décadas, percebe-se que alguns problemas históricos da China não condizem mais com o ator internacional articulado e de grande notabilidade que é tal país na contemporaneidade. Fraqueza na legitimidade do poder central e fragilização frente às potências imperialistas, principais exemplos dos desafios que assolaram a China até o século passado, não são mais verificáveis. O Partido Comunista da China, considerado o responsável pela restauração e manutenção da unidade do país, tem se mantido no poder mesmo após o decaimento de sua primeira finalidade, implantar o comunismo em seus diversos âmbitos no país, e passa por um processo de transformação e adaptação de sua identidade, mantendo seu incentivo ao crescimento econômico chinês e à economia de mercado (LYRIO, 2010).

Devido a tal contexto de crescimento contínuo da economia chinesa e à expansão de suas políticas e relações internacionais ao longo das últimas décadas, a academia chinesa tem, entre seus focos, a análise do cenário internacional e sua interpretação, auxiliando a projeção de políticas chinesas para além de seu território. Em tal sentido, as teorias das relações internacionais são um campo de estudo que representam uma síntese do pensamento e da ação dos sujeitos no âmbito internacional (CASTRO, 2012).

Com bases constitutivas que visam à compreensão do cenário internacional, como alianças, comportamentos políticos, prevenção de conflitos e entendimento do cenário mundial e suas probabilidades, as teorias das relações internacionais se fazem válidas e úteis no estudo das relações que organizam o mundo. As primeiras teorias de tal âmbito surgiram nos Estados Unidos e na Europa, especialmente no período pós-Guerras Mundiais (WALTZ, 2002).

Como potência em ascensão, a China tem elaborado sua própria teoria das relações internacionais, buscando interpretar as relações internacionais em seus diferentes prismas,

bem como utilizar seus próprios conceitos para pensar aquela que seria uma projeção ideal do cenário internacional de acordo com a visão chinesa. Assim, a ascensão chinesa e seu desenvolvimento econômico e político refletem na construção de uma nova teoria das relações internacionais, reflexo do aumento de influência chinesa no contexto global, bem como processo de considerável liderança chinesa em relação à ampliação da gama produtiva teórica das Relações Internacionais, representando os países não centrais ou não ocidentais (YAQING, 2009).

3 TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais são o crescente campo de estudos das relações no sistema internacional, sejam elas entre Estados ou entre Estados e atores não estatais. O campo de estudo das Relações Internacionais é constituído por questões de segurança e cooperação, dentre outras, a exemplo dos estudos acerca da guerra e sua prevenção, bem como o alcance da paz através de processos cooperativos (SARFATI, 2005).

As profundas e recorrentes transformações no cenário internacional, consequências *inter alia* de fenômenos complexos (cíclicos e não cíclicos) como o processo de globalização, regionalização e interdependência são apenas algumas das muitas razões para investigar, de forma sistemática, os fundamentos da ciência e da práxis das Relações Internacionais (CASTRO, 2012, p. 51).

A partir de 1919, com o marco da criação da disciplina “Cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional” na Universidade de Wales, no Reino Unido, as Relações Internacionais foram percebidas como campo de estudo independente, e a necessidade por teorias próprias de tal campo começaram a surgir. Em um primeiro momento, o aspecto basilar para o estudo das Relações Internacionais se encontrava na Paz de Westfália, tratado assinado em 1648 entre países europeus visando à soberania dos Estados em seu território e à não interferência de países estrangeiros em assuntos internos de cada país.

De acordo com Nogueira e Messari (2005), pode-se, ainda, elencar um antecessor à Paz de Vestfália em relação ao estadocentrismo: a Paz de Augsburgo de 1555. A Paz de Augsburgo possuía o ideário do *cujus regio ejus religio*, através do qual as regiões politicamente organizadas possuíam autonomia em relação à determinação de sua religiosidade. Convergindo com tal ideário, houve também a ascensão de princípios como a razão de Estado, do cardeal francês Richelieu no século XVII, fortalecendo, assim, o processo de se pensar o Estado e sua atuação perante os outros atores cada vez mais.

A partir de tal cenário, foram-se consagrando e estabelecendo os limites separadores entre política interna e política externa dos Estados nacionais, e em tal contexto, com o nascimento da concepção do Estado moderno como cerne da conjuntura internacional, houve a ascensão de conceitos como o ideal de nação, a identidade territorial e a nacionalidade. Desta maneira, a Europa se adaptava às ideias de soberania estatal – conceito basilar para o estudo das Relações Internacionais e das teorias criadas em tal campo para a análise do meio internacional e da relação entre seus atores (CASTRO, 2012).

De tal modo, as teorias das Relações Internacionais são formadas a partir da necessidade de se pensar as questões externas, as relações, os interesses e os acontecimentos que ultrapassam os domínios domésticos do Estado, entidade soberana. A especificidade de estudo para questões extraterritoriais pertence, pretensamente, ao campo acadêmico das Relações Internacionais, diferentemente, portanto, dos campos que estudam, com maior frequência, questões internas, a exemplo da Ciência Política. Assim, as teorias das Relações Internacionais, ainda que partilhem também do caráter multidisciplinar natural às Relações Internacionais, possuem âmbito diferenciado das ciências sociais em geral e finalidade própria de estudo.

As teorias das Relações Internacionais têm a finalidade de formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política mundial. Precisamos de um corpo particular de teorias para entender um universo específico da atividade humana cuja característica é desenvolver-se para além das fronteiras nacionais, no espaço pouco conhecido em que as ações, interações, conflitos e negociações têm lugar nas margens da jurisdição dos Estados: o espaço internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 2).

Sarfati (2005) argumenta que as teorias das Relações Internacionais, em geral, têm a finalidade de definir e explicar o mundo e seu *modus operandi*; todavia, percebe-se que não há consenso definitivo entre autores da área sobre o que são tais teorias de fato. Segundo a interpretação de tal autor, Waltz define as teorias das Relações Internacionais como a explicação das leis que identificam invariantes ou prováveis associações; Hollis e Smith definem como aquelas que servem para abstração, generalização e conexão; Wight, por sua vez, argumenta que são uma tradição de especulações sobre as relações entre Estados; já as teorias empíricas acreditam que as teorias das Relações Internacionais são o uso da observação para testar hipóteses para o mundo, dentre outras (BURCHILL; LINKLATER apud SARFATI, 2005, p. 24).

Toda teoria de Relações Internacionais representa síntese do pensar e do agir dos sujeitos na esfera externa. Toda teoria de Relações Internacionais é, na verdade, uma forma de saber internacional, ou melhor, de saberes internacionais complexos e inter-relacionados. Representa a maneira organizada de compreender, explicar e decifrar o mundo, revestindo-lhe de cognoscibilidade (CASTRO, 2012, p 109).

Segundo Castro (2012), as teorias das Relações Internacionais podem ser consideradas construções que representam uma síntese do pensamento e da ação dos sujeitos no âmbito internacional. Todavia, o processo contínuo e mutável de interesses, estratégias,

interações e comportamentos torna árduo, quiçá inexequível, o entendimento pleno de quais bases específicas fornecem escopo à construção de uma teoria das Relações Internacionais (WALTZ, 2002).

Porém, Waltz (2002) destaca que há a possibilidade de explicação de algumas das bases constitutivas das teorias que visam à compreensão do cenário internacional em diferentes periodicidades. Tais bases devem circundar a compreensão de alianças e comportamentos estatais e de outros atores internacionais (como empresas, organizações governamentais, organizações não governamentais etc), bem como a prevenção de conflitos, atuando na busca do entendimento do cenário mundial e suas probabilidades. De tal modo, a constituição das teorias das Relações Internacionais predominantes se dá notavelmente pelos atores de destaque político e econômico do contexto global, atendendo, de diferentes formas, a seus interesses.

Teorizar sobre Relações Internacionais não é tão somente reproduzir paradigmas, citações e modelos vigentes da *intelligentsia* dos países centrais, em particular, do mundo anglo-saxão. O processo de teorização no entorno das principais academias serve a interesses específicos. O ato e os efeitos de teorizar seguem uma agenda pontual que nem sempre se revela neutra e imparcial. Boa parte das tradições teórico-conceituais das Relações Internacionais contemporâneas é amoldada por roupagens científicas que cumprem um papel de defesa de interesses próprios de grupos e de linhas de coalizão nos países centrais (CASTRO, 2012, p. 41).

Uma vez que o campo acadêmico das Relações Internacionais não possui uma teoria amplamente aceita, satisfatória na análise do complexo contexto global e das ações de seus atores, é inevitável sua pluralidade. Logo, especialmente a partir da década de 1970, a complexidade de tal campo de estudos deu origem, através de diversos estudiosos e diferentes escolas, ao surgimento de várias teorias das Relações Internacionais, diversificando as possibilidades interpretativas e analíticas para os acontecimentos internacionais, seus atores, perfis históricos e probabilidades de desenvolvimento e consequências (SARFATI, 2005).

Desta maneira, os primeiros departamentos de Relações Internacionais possuíram ênfase nos estudos com a preocupação normativa em torno das questões da guerra e de como evitá-la. Claramente influenciados pelo momento imediato pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os acadêmicos de estudos internacionais buscavam livrar a humanidade das consequências devastadoras da guerra, sendo posteriormente denominados idealistas ou utópicos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Outro fator relevante para as teorias de Relações Internacionais é o nível de análise utilizado. Tal nível é geralmente definido entre micro e macro, podendo focar em atores

individuais do sistema internacional ou até mesmo em Estados ou blocos econômicos. Do nível micro ao macro de análise das relações existentes no cenário internacional, pode-se considerar como exemplo o seguinte gradiente: indivíduos (presidentes, ministros); órgãos burocráticos governamentais (departamentos e ministérios); Estados; organizações intergovernamentais internacionais (Organizações das Nações Unidas, Organização do Tratado do Atlântico Norte, dentre outras); organizações internacionais não governamentais (Greenpeace, World Wide Fund for Nature, dentre outras); e outros atores não estatais como grupos terroristas internacionais, igrejas, empresas multinacionais e comunidades epistêmicas (SARFATI, 2005, p. 30). Assim, o nível de análise pode focar em questões locais, estatais ou em nível de sistema internacional, incluindo diversos atores sob a ótica macro.

A partir da fundação das Relações Internacionais como área de estudo acadêmico em 1919, cronologicamente, pode-se citar o Idealismo Moderno como primeiro prisma para as teorias das Relações Internacionais. Com heranças do Idealismo Clássico, a exemplo dos escritos de pensadores como Marsílio de Pádua (1280-1343), Thomas More (1478-1535), Abade de Saint-Pierre (1658-1743), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Hugo Grotius (1583-1645), o Idealismo Moderno se vale de conceitos filosóficos em torno da paz, do fim da ideia da guerra como pertencente à natureza humana, do uso do direito internacional como mantenedor da paz internacional, dentre outros, a fim de buscar um cenário idealmente pacífico no momento que sucedeu a Primeira Guerra Mundial.

Assim, o Idealismo Moderno possuiu como marco essencial a mensagem pessoal do então presidente estadunidense Woodrow Wilson às Câmaras do Congresso em 8 de janeiro de 1918. Em tal mensagem, Wilson descreveu seus Catorze Pontos, dominantes nas principais teorias das Relações Internacionais durante a década de 1920 e, parcialmente, durante a década de 1930.

O chamado Idealismo no plano das relações internacionais tem como seu grande precursor contemporâneo Thomas Woodrow Wilson (1856-1924), presidente norte-americano que, desde 1913, de forma doutrinária, queria acabar com o velho hábito das diplomacias de guerra que, segundo as suas próprias palavras, faziam dos povos e das províncias mercadorias de troca ou peões do tabuleiro de xadrez (SARFATI, 2005, p. 82).

Os Catorze Pontos escritos por Woodrow Wilson constituíram, em certo aspecto, a base para o discurso idealista no campo das Relações Internacionais. Tais pontos visavam ao fim da diplomacia secreta, à livre navegação em todos os oceanos, a supressão possível de barreiras alfandegárias, o desarmamento em níveis que não ameaçassem a ordem interna dos

países, resolução de conflitos territoriais herdados da Primeira Guerra Mundial, dentre outros. No entanto, é possível que o ponto mais relevante seja o da criação de uma Sociedade das Nações a fim de assegurar a independência política e a integridade dos Estados grandes e pequenos, pois assim se sugeria “A criação de uma organização internacional baseada na estrita observação do direito internacional como forma de garantir a paz mundial” (SARFATI, 2005, p. 83).

Dessa forma, criou-se a Liga das Nações em 1919, cujo objetivo principal era a manutenção da paz mundial no caótico cenário da recém-fundada Primeira Guerra Mundial. Apesar de ter se corroído com a ascensão dos nacionalismos e do fascismo, sendo esfacelada com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Liga das Nações influencia, de certo modo, à posterior construção da Organização das Nações Unidas, fundada em 24 de outubro de 1945. Assim, mantiveram-se, em sua essência, aspectos como a defesa do direito internacional e a manutenção da paz, caros ao Idealismo Moderno de Wilson, por sua vez basilar à compreensão das teorias das Relações Internacionais e seus desdobramentos.

Após o enfraquecimento do Idealismo Moderno como teoria das Relações Internacionais, é possível dividir os agrupamentos de teorias das Relações Internacionais nos três paradigmas seguintes: Realismo, Pluralismo e Globalismo. Tais agrupamentos de teorias são imagens para interpretação e análise de questões concernentes ao internacional, assimilando teorias com aspectos semelhantes e, de certo modo, inibindo algumas de suas individualidades (VIOTTI; KAUPPI apud SARFATI, 2005, p. 37).

A imagem realista é baseada na premissa de que os Estados são os atores principais das relações internacionais, sendo, de tal modo, a unidade básica em seu nível de análise. Assim, através do Realismo, os atores não estatais são considerados geralmente irrelevantes, ainda que possam exercer influência sobre os Estados (SARFATI, 2005).

Há, também, a compreensão de que os Estados são atores unitários na imagem realista, formando a unidade que interage com o mundo exterior e, de tal forma, comandam as relações internacionais de seu país. No mesmo sentido, os Estados são interpretados como atores de essência racional no agrupamento de teorias realistas das Relações Internacionais, pois o ator estatal formula e desenvolve sua política externa através do estudo e balanço de suas alternativas, de suas capacidades e na observância do seu objetivo, levando em conta a maximização de seus benefícios aos menores custos possíveis.

A imagem realista das teorias das Relações Internacionais possui base nos escritos clássicos de autores como Tucídides (460 a.C.-395 a.C.), Maquiavel (1469-1527) e Thomas

Hobbes (1588-1679), cujas obras, respectivamente, adentravam questões de guerra, comportamento político e primazia do governante, e a necessidade de um líder soberano sobre o povo e sobre a egoísta natureza humana. O Realismo analisa conceitos como sobrevivência, poder, autoajuda (capacidade de sobreviver de modo independente) e estado de natureza abordados por pensadores clássicos, de modo a utilizá-los em interpretações contemporâneas sobre a relação entre Estados. As obras de tais pensadores clássicos inspiraram e serviram como herança aos prismas modernos das teorias das Relações Internacionais, a exemplo do Realismo Moderno e do Neorrealismo.

O Realismo Moderno é o conjunto de teorias próprias com caráter realista das Relações Internacionais considerado, geralmente, com gênese nos escritos de Edward Hallet Carr, autor de *Vinte anos de crise – 1919-1939*, publicado em 1939. Em tal obra, Carr contrapõe, através de um diálogo ficcional, as visões realista e idealista das Relações Internacionais.

Para Carr, era fundamental ir além das causas da Primeira Guerra Mundial para entender por que o Tratado de Versalhes, que concluiu a guerra havia falhado. Em sua obra, defendeu uma política externa que reconhece as influências mútuas entre poder e moralidade, força e diplomacia. Para ele, os princípios têm de ser subordinados à política, o que leva vários estudiosos das Relações Internacionais a classificarem sua obra como realista. No entanto, é possível destacar, na mesma obra de Carr, vários conceitos que influenciaram aqueles que vieram a se chamar de liberais na década de 1970. Para Carr, realistas e idealistas queriam evitar a guerra, mas enquanto os primeiros discutiam o mundo como ele realmente é, os segundos discutiam como o mundo deveria ser. Dessa forma, enquanto os idealistas enfatizavam a existência do que chamavam – segundo Carr – de harmonia dos interesses, os realistas contra-argumentavam com a defesa da existência de interesses nacionais e frequentemente divergentes a serem defendidos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 32).

Segundo Sarfati (2005), outra obra significativa para as teorias neorrealistas das Relações Internacionais é *A Política Entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz*, escrita por Hans Morgenthau e publicada em 1948. Carr, de certo modo, estabelece as críticas ao Idealismo, enquanto Morgenthau forneceu as bases teóricas do Realismo Moderno para as Relações Internacionais – tendo sua obra o valor de paradigma dominante nas Relações Internacionais até a década de 1970.

O Neorrealismo, por sua vez, é o conjunto de teorias das Relações Internacionais surgido no fim da década de 1970, possuindo marco inicial na obra *Theory of International Politics* (1979) de Kenneth Waltz, e se diferencia do Realismo Moderno por focar o sistema internacional, e não majoritariamente os Estados. De tal modo, o Neorrealismo prioriza a

análise de estruturas internacionais, porém mantém diversos princípios realistas como a soberania estatal e a necessidade por segurança dos Estados (SARFATI, 2005).

A imagem pluralista, por sua vez, possui entre suas premissas a relevância de outros atores além dos Estados, a exemplo de organizações internacionais, empresas transnacionais, grupos terroristas, dentre outros. O Pluralismo, de tal forma, admite considerável influência de tais atores sobre as relações internacionais, não considerando, portanto, o Estado como ator unitário.

O Estado não é visto como um ator único, pois, em sua política externa, ele é o resultado da interação entre burocracias, grupos de interesse, indivíduos etc. que buscam influenciar a formulação da política externa. Desse modo, os pluralistas buscam desagregar o Estado a partir dos atores que influenciam a formulação das posições deste em um determinado assunto de política externa e, nesse sentido, essa imagem não se limita apenas aos processos internos do Estado, mas também à atuação dos atores não estatais em uma dimensão transnacional, ou seja, que cruza as fronteiras nacionais (SARFATI, 2005, p. 39).

Os teóricos das Relações Internacionais que estão inclusos na imagem pluralista, interpretam a premissa de racionalidade dos Estados como inútil para a compreensão das relações internacionais, pois cada Estado seria o resultado de diversos atores atuantes interna e externamente a ele. Assim, os interesses de maximização de benefícios de cada grupo, por exemplo, não refletiriam necessariamente uma maximização de benefícios ao Estado em si.

Além disso, diferentemente do Realismo, o Pluralismo não professa a segurança como tema prioritário às relações internacionais, ainda que seja um tema relevante. Compreende, portanto, uma larga extensão na agenda internacional, considerando de importâncias equiparáveis temas de cunho econômico, político, cultural, dentre outros (SARFATI, 2005).

A partir das décadas de 1980 e, mais acentuadamente, 1990, as teorias das Relações Internacionais viram a ascensão das teorias de imagem pluralista, representadas, seu cerne, pelas teorias liberais e seus ramos teóricos. O Pluralismo, em relação às teorias das Relações Internacionais, engloba a gama de teorias liberais e neoliberais principalmente, sendo um dos paradigmas dominantes em tal campo de estudo, especialmente a partir do fim da Guerra Fria. Ainda, pode-se apontar certas semelhanças entre o Liberalismo e o Idealismo, a exemplo de princípios em torno do pacifismo e da democracia. Todavia, ao contrário do Idealismo, o Liberalismo não compartilha da “(...) crença nas instituições e na vontade inequívoca de cooperar” (SARFATI, 2005, p. 101).

Segundo Nogueira e Messari (2005), o Liberalismo, resultado histórico das ideias iluministas, defensoras da liberdade dos seres humanos para fazerem uso de sua própria razão quanto às suas escolhas e ações, é significativo às teorias das Relações Internacionais, pois deu origem também às teorias neorrealistas, notáveis ao fim do século XX. As teorias de caráter pluralista ou liberal possuem ênfase nas questões em torno do livre comércio, da democracia e da relevância de diversos atores internacionais além dos Estados. De tal modo, sua base teórica parte de aspectos como o livre comércio para a promoção da paz entre as nações, como defendido pelo filósofo francês Montesquieu (1689-1755); a defesa dos direitos de vida, liberdade e propriedade privada, como argumentado através das ideias Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); e, notavelmente, o conceito republicano, ou de melhor governo possível, defendido pelo filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A origem dessa ideia está na obra de Kant, em particular em seu ensaio sobre *A Paz Perpétua*, na qual formula o conceito de *federação pacífica* para se referir ao conjunto de Estados que compartilham uma forma republicana de governo. Os princípios que regem as repúblicas modernas incluem a proteção dos direitos individuais, o estado de direito, a legitimidade do governo com base na representação e no consenso, a transparência e a publicidade nas decisões do Estado (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 64).

Em relação ao Neoliberalismo como teoria das Relações Internacionais, percebe-se seu surgimento a partir do final da década de 1980, especialmente através da obra *International Institutions and State Power* (1989) de Robert Keohane. Tal teoria reconhece a influência de atores transnacionais nas relações internacionais e compreende a existência de uma interdependência complexa como principal fator nas relações entre Estados e outros atores, conectados fortemente por suas trocas comerciais.

Por fim, a imagem globalista das relações internacionais é caracterizada pela premissa enfática em torno da estrutura internacional, almejando à compreensão do contexto internacional como fator de importância maior. Sarfati (2005) argumenta que tal imagem parte da análise que excede ao comportamento das condicionantes internas do Estado, focando nas condicionantes estruturais do sistema internacional como principais influências para o comportamento dos Estados.

Além disso, o Globalismo e sua imagem partem, frequentemente, da análise basilar através de uma visão histórica das relações internacionais, buscando a compreensão de elementos que condicionaram o atual contexto global. Pode-se citar, também, certo foco nos

mecanismos de dominação em tal imagem de análise, a exemplo da dominação entre classes ou entre Estados.

Outro fator notável à imagem globalista é a relevância atribuída à economia. De tal modo, percebe-se determinada tendência à relação feita no Globalismo entre fatores econômicos e explicações acerca da política internacional. Assim, consideram-se questões usuais do sistema internacional como resultados das relações econômicas de dominação, compreendendo o comportamento estatal como derivação de sua posição econômica no sistema internacional.

Pode-se atribuir o estudo de teorias como Marxismo e Teoria da Dependência como válidas no estudo da imagem globalista das Relações Internacionais. Ambas focam na análise estrutural do mundo, e como os países são inseridos conforme seu papel econômico em relação aos outros, influenciando seus meios de produção e relações de dominação (SARFATI, 2005).

Dentre as teorias e imagens supracitadas das Relações Internacionais, estão, possivelmente, as mais marcantes no campo acadêmico; todavia, há diversas ramificações das mesmas e teorias mais recentes ou ainda em construção. Percebe-se, no entanto, que as principais teorias das Relações Internacionais possuem foco no Estado, no livre comércio ou nas estruturas internacionais, e foram originadas através do pensamento acadêmico ocidental, especialmente a partir de estudos estadunidenses e europeus (CASTRO, 2012).

A criação de teorias que explicam as relações no sistema internacional se dá pela necessidade de análise de certo momento histórico, e é em tal sentido que atualmente se percebe um movimento de elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais (YAQING, 2009). Com o papel internacional desempenhado pela China cada vez mais em evidência, impulsionado por sua economia notável e crescente, assim como por sua participação cada vez mais frequente e assídua em organismos internacionais e blocos econômicos, a academia chinesa inicia seu processo próprio para teorizar as relações internacionais, utilizando seus próprios princípios clássicos para a análise e idealização do cenário internacional presente e futuro.

4 A ELABORAÇÃO DE UMA TEORIA CHINESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

É perceptível, nas Relações Internacionais, o surgimento de teorias para a interpretação, análise e possível projeção do cenário internacional nos países que possuem destaque nos setores econômico e político. A defesa de ideias próprias dos países dominantes na estrutura internacional é factível, e suas teorias possuem, dentre suas finalidades, a de aumentar sua influência perante os outros atores, bem como a de estimular sua própria ótica do contexto global (CASTRO, 2012).

De tal modo, dada a correlação entre a posição dos países no sistema internacional e a influência de suas produções acadêmicas acerca das Relações Internacionais, é notável a hegemonia ocidental, estadunidense e europeia, majoritariamente, frente às teorias das Relações Internacionais. Frequentemente, o campo acadêmico das Relações Internacionais é interpretado como um âmbito de estudo norte-americano ou europeu, dominado majoritariamente por suas escolas, teorias e metodologias (KRISTENSEN; NIELSEN, 2013).

A produção acadêmica em torno de teorias como o neorealismo e o neoliberalismo, por exemplo, demonstra a influência de construções e ideais ocidentais nas Relações Internacionais, uma vez que tais teorias utilizam enfaticamente conceitos como soberania estatal (herança da Paz de Vestfália, acordada entre nações europeias em 1648) e livre comércio – conceitos não necessariamente fidedignos às realidades de países não ocidentais.

The problem, it is argued, has to do with IR theorizing, for the current IR theories (IRTs) have mostly been based on Western ideas, methods, experiences, and practices which rarely recognize the need to broaden their analytical (and political) horizons. As a result, even those who are victimized under the existing power relations also continue to reproduce that dominance system, simply because of the lack of feasible alternatives in the field to thinking about and doing world politics (CHEN, 2011, p. 2)¹.

Através do processo em andamento de elaboração de teorias das Relações Internacionais em países não ocidentais, espera-se uma mudança quanto às perspectivas do equilíbrio de poder internacional em tal estudo, e a China parece ser o destaque na evolução

¹ “O problema, argumenta-se, está relacionado à teorização das Relações Internacionais, pois as recorrentes teorias das Relações Internacionais têm sido baseadas em ideias ocidentais majoritariamente, bem como métodos, experiências e práticas que raramente reconhecem a necessidade de ampliar seus horizontes analíticos (e políticos). Como resultado, até aqueles que foram vitimados sob as relações de poder existentes também continuam a reproduzir o sistema dominante, simplesmente porque faltam alternativas viáveis no campo do pensar e fazer das políticas mundiais” (CHEN, 2011, p.2, tradução nossa).

da emergência de uma teoria das Relações Internacionais mais abrangente. As teorias existentes acerca das relações entre os atores internacionais possuem foco ocidental e, de certa forma, falham em se adaptar à realidade contemporânea em que Estados não ocidentais como China e Índia, por exemplo, possuem consideráveis relevância e influência no meio internacional. Assim, as novas teorias das Relações Internacionais são responsáveis por mostrar uma gama mais ampla que a usual em relação às prioridades, perspectivas e interesses dos atores, bem como a inclusão de diferentes vozes no debate teórico internacional (ACHARYA; BUZAN, 2007).

Apesar do atual esforço chinês em torno da construção de sua própria teoria para as Relações Internacionais, tal campo acadêmico é recente no país: na década de 1950, havia apenas uma universidade que possuía um departamento de estudos internacionais na China, a Renmin University (People's University of China), localizada em Pequim. Com o aumento do interesse de estudo das Relações Internacionais através do cenário de conflitos sino-soviéticos na década de 1960, houve o estabelecimento de departamentos de estudos internacionais na Fudan University, em Xangai, e na Peking University, em Pequim. Houve, também, a criação de institutos de pesquisa de questões internacionais, controlados pelo governo chinês.

While Renmin University specialized in the study of Communist movements across the globe and Peking University on national liberation movements taking place in the Third World, Fudan University focused on the Western study of IR. Teachings mostly comprised the interpretation of influential leaders like Mao, Marx and Lenin and their implications for practical policy actions, i.e. action-oriented theory (HÜCKEL, 2012, p. 36)².

Todavia, o florescimento das Relações Internacionais como disciplina se iniciou, de fato, durante a década de 1980, após a abertura econômica promovida por Deng Xiaoping. No cenário formado por uma China integrada ao sistema internacional, houve a introdução de teorias ocidentais ao meio acadêmico chinês das Relações Internacionais, bem como o intercâmbio de estudantes chineses para universidades ocidentais. Ainda, em tal momento, mais institutos de pesquisa foram estabelecidos nas universidades, e a função inicial da maioria deles era traduzir as teorias das Relações Internacionais ocidentais para o mandarim,

² “Enquanto a Renmin University se especializava no estudo de movimentos comunistas ao redor do globo, e a Peking University em movimentos de liberação nacional que ganhavam espaço no terceiro mundo, a Fudan University se focava no estudo ocidental das Relações Internacionais. Os ensinamentos compreendiam majoritariamente a interpretação de líderes influentes como Mao, Marx e Lênin e as implicações para as ações políticas práticas, i.e. teoria orientada para a ação” (HÜCKEL, 2012, p. 36, tradução nossa).

com aparente foco em escolas como o Realismo, o Liberalismo e o Construtivismo (HÜCKEL, 2012).

O desejo em torno do estabelecimento de uma teoria das Relações Internacionais baseada em características chinesas têm se acentuado contemporaneamente, impulsionado por notáveis diferenças culturais entre a China e a cultura ocidental em geral. A falta de representação de teorias das Relações Internacionais não advindas do ocidente é eminente, e é em tal contexto que surge a necessidade de novos e diversificados prismas para a análise e projeção do cenário internacional, de modo a acompanhar as mudanças entre os atores e o equilíbrio de poder internacional.

With all IR scholarship originating from the West and being said to focus on relations between Superpowers, far from being universally applicable, it seems logical to investigate and apply the essence of the cultural difference to the field of IR. Having said that, what has to be kept in mind is that Chinese culture is not homogeneous but rather complex: Traditional Chinese culture is made up of a mix of Confucianism, Taoism and Buddhism. In the forceful arrival of the Western world in China, Chinese ancient philosophy was regarded to be backward so that the spirit of Enlightenment, rationality and materialism substituted many aspects in Chinese traditional thinking (HÜCKEL apud QIN, 2012, p. 38)³.

Na contemporaneidade chinesa frente às teorias das Relações Internacionais, percebem-se contornos híbridos quanto ao pensamento acadêmico. Há, de certa forma, uma modernização a partir da base ocidental das Relações Internacionais, fundamentais no próprio estabelecimento das Relações Internacionais como campo de estudo, porém com uma busca pela combinação de tal base dominante a um modelo que inclua tradições e visões de mundo chinesas.

Em tal sentido, a compreensão chinesa sobre o que é uma teoria é relevante ao processo de elaboração teórica das Relações Internacionais. A definição chinesa tradicional em relação às teorias é a de que essas constituem um sistema de conceitos e princípios, ou um conhecimento racional e sistemático. De acordo com a ótica chinesa, teorias científicas devem ser estabelecidas com base em aspectos práticos e em experiências, representando fielmente a

³ “Com toda a escola de Relações Internacionais tendo sido originada no ocidente, e tendo o foco nas relações entre superpotências, longe de ser universalmente aplicável, parece lógico investigar e aplicar a essência das diferenças culturais ao campo de estudo das Relações Internacionais. Assim, o que deve ser percebido sobre a cultura chinesa é que ela não é homogênea, e sim complexa: a tradicional cultura chinesa é um misto de Confucionismo, Taoísmo e Budismo. Com a entrada forçada do mundo ocidental na China, a antiga filosofia chinesa começou a ser vista como atrasada para que, assim, o espírito do Iluminismo, da racionalidade e do materialismo substituíssem muitos aspectos do pensamento tradicional chinês” (HÜCKEL apud QIN, 2012, p. 38, tradução nossa).

essência objetiva daquilo que é teorizado. O pensamento clássico chinês vê as teorizações como hábeis em guiar o comportamento humano.

Segundo Hückel (2012), em relação à teorização utilizada em torno das relações internacionais, há duas vertentes principais na academia chinesa: uma que privilegia as teorias das Relações Internacionais como guia para as ações de política externa, e outra que corresponde às noções clássicas do pensamento chinês e da natureza humana e seus reflexos e influências nas relações entre atores internacionais. Atualmente, percebe-se um movimento mais notável em torno da segunda vertente supracitada das teorias das Relações Internacionais, reavivando conceitos clássicos e buscando sua aplicabilidade como prismas para a análise de políticas globais, assimilando maior espaço às diferenças universais e a uma aplicabilidade mais ampla de tais teorias, uma vez que o campo das teorias das Relações Internacionais tem sua estrutura enrijecida pela visão de mundo ocidental.

Para além do pensamento ocidental dominante nas Relações Internacionais como entrave para a consolidação de uma teoria chinesa das Relações Internacionais, Yaqing (2009) cita a ausência de políticas internacionalizantes como característica histórica da China, bem como a falta de um núcleo acadêmico sólido para a intensificação dos estudos chineses quanto à teorização das Relações Internacionais. Segundo o autor, a China, historicamente, não possuía uma imagem de suas fronteiras de modo claro, o que dificultava a noção de internacionalidade. Com políticas imperialistas baseadas no *tianxia*, princípio clássico chinês que significa “tudo o que há sob o céu”, reinos vizinhos eram vistos, de certa forma, como parte do território chinês, pagando tributos à corte imperial chinesa – havia, portanto, uma visão sinocêntrica de superioridade e centralidade chinesa (FENG, 2009).

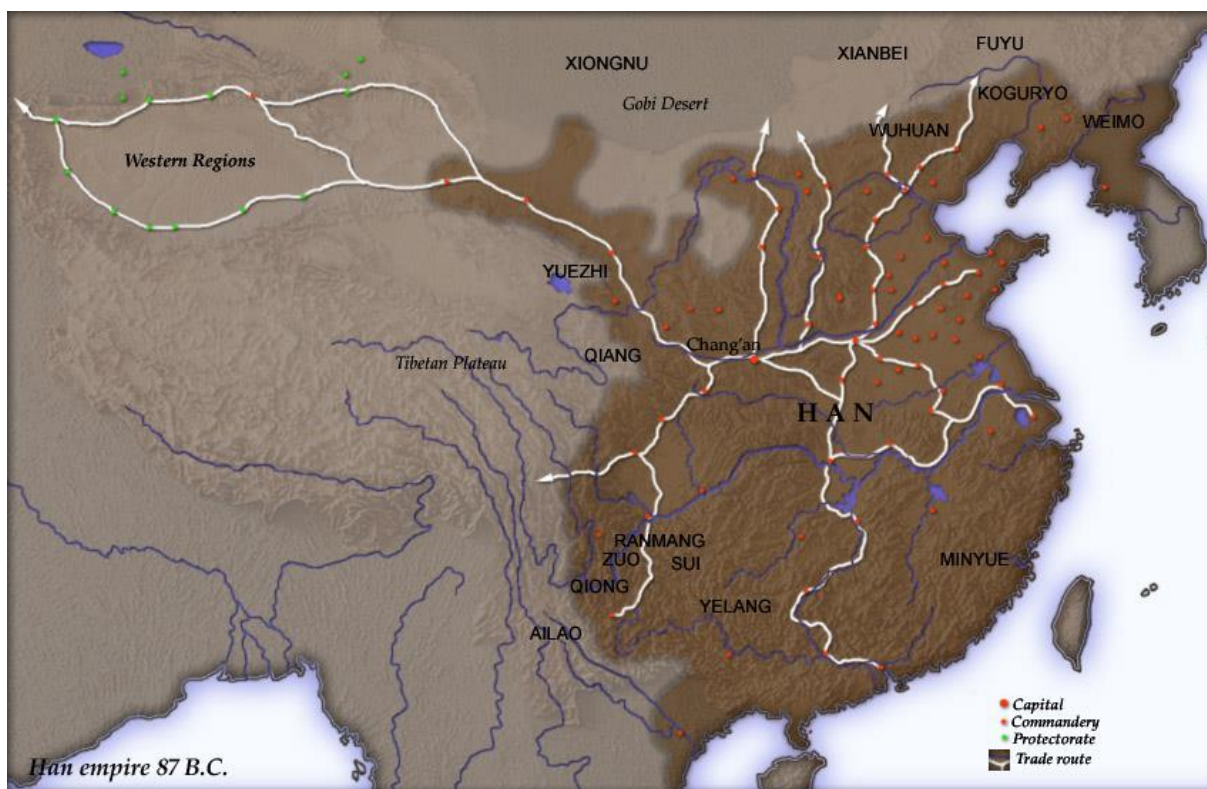
O conceito de *tianxia* é considerado como termo político e cultural chinês originado em torno do século VIII a.C., e contém a ideia de que tudo o que integra o “mundo conhecido” deve ser governado pelo imperador chinês, o “Filho do Céu”.

[...] the Son of Heaven, who provides the stability and the legitimacy for political order and governance for all. The best known description of this political ideology is perhaps the famous verses from China’s first collection of ancient poems (believed to be edited by Confucius in the fifth century b.C.): “all land under the heaven belongs to the king, all people on the land are king’s subjects” (WANG, 2011, p. 7)⁴.

⁴ “(...) o Filho do Céu, que provê a estabilidade e a legitimidade para a ordem política e governança de todos. A melhor descrição conhecida para tal política ideológica é talvez os famosos versos da primeira coleção de poemas antigos chineses (crê-se editados por Confúcio no século V a.C.): ‘toda terra sob o céu pertence ao rei, todas as pessoas na terra são pertences do rei’ (WANG, 2011, p.7, tradução nossa).

A dificuldade chinesa, no passado, quanto à concepção de internacionalidade e de fronteiras definidas, convergia com as ideias de infinidade quanto ao espaço e tempo comuns à China – o todo constituía uma só entidade, enquanto seu centro era a Cidade Proibida, *i.e.*, o centro imperial chinês. Tal concepção chinesa em relação ao mundo perdurou solidamente durante o período de sistema tributário, de 221 a.C. até o início do século XIX (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). Ainda que a China compreendesse os reinos e países próximos como atores diferentes de si, o império chinês era a força dominante, e através da tributação de seus vizinhos exercia sua validação como entidade central e estabilizadora das relações ao seu redor. O seguinte mapa expressa, nos pontos em verde, algumas localizações referentes aos protetorados vizinhos do sistema tributário chinês durante a dinastia Han.

Mapa 2 – Dinastia Han



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dinastia_Han

Yaqing (2009) argumenta, todavia, que o sistema tributário chinês não era um sistema internacional *per se*. Tal sistema, modelado sob a dinastia Zhou (1046 a.C. – 256 a.C.), baseou-se em um sistema entre o imperador e príncipes, no qual o imperador era o poder supremo sobre os reinos, enquanto os príncipes governavam tais reinos. Por não haver, então,

a conceitualização acerca de soberania, os Estados ao redor da China imperial eram vistos como seus dependentes.

De acordo com Feng (2009), o sinocentrismo demandava reconhecimento externo de sua superioridade, e a política exercida através do sistema tributário chinês possuía também essa função. As relações da China com outros Estados eram caracterizadas por aspectos hierárquicos e desiguais – semelhantes, de certa forma, as próprias relações internas à sociedade chinesa, baseadas em hierarquia e ordem.

Assim, as relações da China com países vizinhos contemplavam uma ordem centralizada através da premissa do poder universal do imperador chinês, o Filho do Céu. Diferentemente das relações entre Estados ocidentais, não havia a clara divisão de territórios e a distinção plena de soberanias estatais, mas sim um cenário de subordinação de todas as autoridades em torno da China pelo poderoso imperador. O respeito pela hierarquia e o reconhecimento da superioridade chinesa eram, portanto, pré-requisitos para a abertura de relações com a China, império que projetava uma visão de si mesmo como centro do mundo devido ao desenvolvimento de sua sociedade, desempenhando papel tributador de Estados considerados inferiores em desenvolvimento social, beneficiados com a liderança chinesa na região.

Em tal contexto, a China, como Estado mais poderoso e desenvolvido do sudeste asiático, desempenhava um papel considerável em manter o comércio e a estabilidade entre os Estados circundantes. De tal modo, a China e seu sistema tributário beneficiavam seus tributários devido ao papel que exercia como centro estabilizador e mediador, inclusive através de intervenções mediante conflitos entre seus vassalos. Assim, o sentido de interno e externo à China não era evidente, moldando sua noção de internacionalidade apenas entre um centro, o de seu império, e o restante ao seu redor – que constituía, de certa forma, parte do próprio império chinês devido à notável influência chinesa.

The ontological status of the units of the system was at the same time the ontological status of the center. It was modeled on the Confucian notion of the state, which in turn was model on the Confucian concept of the family. Thus, the world was in essence an enlarged family or an enlarged state. When Fairbank said that the Tributary System was not an inter-state system, but a world system, he touched on a crucial issue about this China-centered system: there were no equal, though perhaps only *de jure*, units in it (YAQING, 2009, p. 10)⁵.

⁵ “O status ontológico das unidades do sistema era, ao mesmo tempo, o status ontológico do centro. Era modelado na noção confucionista de Estado, que partia do modelo do conceito confuciano familiar. Portanto, o mundo era, em essência, uma família ampla ou um Estado amplo. Quando Fairbank disse que o sistema tributário não era um sistema interestatal, mas um sistema mundial, ele tocou em um ponto crucial sobre o

Desta maneira, não havia um estruturado plano chinês para o sistema internacional, pois não existia, necessariamente, igualdade legal entre as unidades. O sistema tributário praticado pela China era uma ampliação do próprio sistema doméstico chinês – e na mentalidade chinesa, de certa forma, não havia uma separação entre ambos. Assim, a tradição do pensamento chinês não possuía clara consciência acerca da internacionalidade e de conceitos como soberania e integridade territorial (YAQING, 2009).

Além da falta de senso acerca do conceito de internacionalidade, característica da China antiga, segundo tal autor, elenca um fator atual para o entrave do desenvolvimento de uma teoria chinesa das Relações Internacionais. Segundo o autor, mesmo com a internacionalização contemporânea da China e o fortalecimento de áreas acadêmicas como Relações Internacionais no país, não há um núcleo consolidado na pesquisa e criação de uma teoria chinesa das Relações Internacionais.

A ausência de tal núcleo consolidado está envolvida em torno da dificuldade de estabelecer condições materiais e acadêmicas quanto aos objetivos chineses e sua construção cultural perante o mundo, em cenário notavelmente diferente daqueles que suscitaram as teorias ocidentais das Relações Internacionais – os momentos após a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais. Para além da diferenciação de contextos globais, há o desafio de estabelecer um núcleo consistente de teóricos chineses em torno da criação de uma teoria chinesa para a análise do mundo.

No entanto, mesmo em face aos entraves supracitados, Yaqing (2009) argumenta que é possível e até inevitável a emergência de uma escola chinesa de teorias das Relações Internacionais. O momento contemporâneo chinês, marcado por sua ascensão econômica e intensificação de sua participação política internacional, converge com a iminência de uma teoria chinesa das Relações Internacionais, uma vez que as teorias sociais e as práticas humanas mantêm influência entre si.

This new way of thinking of global problems on a global scale presents a utopia that orders political relations in quite different ways from popular understandings of globalization and cosmopolitanism. But this is a utopia that will set the analytical and institutional framework necessary to solve the world's problems – in other

sistema sinocêntrico: não havia unidades iguais, ainda que assim fossem por direito, em tal sistema” (YAQING, 2009, p. 10, tradução nossa).

words, *Tianxia* is presented as a utopia that has practical applications (CALLAHAN, 2007, p. 7)⁶.

Yaqing (2009) descreve três fontes potenciais para a escola chinesa de teorias das Relações Internacionais – a visão de mundo através do *tianxia* e do sistema tributário; a filosofia de modernização e as revoluções chinesas; e o pensamento reformista e a integração do sistema internacional. Tais fontes em potencial refletem diferentes períodos da história chinesa, possuindo aspectos da China antiga até a notável internacionalização ocorrida nas últimas três décadas.

A visão de mundo através do *tianxia* e do sistema tributário chinês constitui uma das fontes mais relevantes para a elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais. O termo *tianxia* é um conceito político clássico chinês referente a “tudo o que há sob o céu”, utilizado para definir o espaço no qual o imperador da China deveria possuir política de tributação, geralmente abrangente aos reinos e Estados vizinhos da China antiga. Todavia, tal conceito não se limitava a termos políticos e geográficos, pois também constituía, na cultura chinesa, aspectos que combinavam a natureza, o sobrenatural e aspectos morais. Em tal sentido, a analogia ao céu em *tianxia* está relacionada ao ideal de perfeição e harmonia do todo.

Verifica-se, porém, equívoco interpretativo em relação ao *tianxia* e ao sistema tributário chinês quando se assume que ambos buscavam, de modo ilimitado, à dominação dos Estados.

[...] the idea that Chinese rulers believed themselves to be central and superior to other peoples in the known world, it follows from this assumption that they would induce foreign rulers to acknowledge their superiority by presenting tributes and accepting vassal status. It should be noted, however, that the Chinese claim of being “rulers of the *tianxia*” does not imply their intent to rule the known world. The *tianxia* referred to was limited to the areas surrounding the Chinese empire, which roughly correspond to what we call today Northeast and Southeast Asia and parts of Central Asia (FENG, 2009, p. 31)⁷.

⁶ “Essa nova maneira de se pensar os problemas globais em uma escala global apresenta a utopia que organiza as relações políticas de maneiras diferentes daquelas compreendidas pelo cosmopolitismo e pela Globalização. Mas esta é uma utopia que organizará o panorama analítico e institucional necessário para resolver os problemas mundiais – em outras palavras, *tianxia* é apresentada como uma utopia que possui aplicações práticas” (CALLAHAN, 2007, p. 7, tradução nossa).

⁷ “(...) à ideia de que os imperadores chineses acreditavam serem centrais e superiores às pessoas do mundo conhecido segue a inferência de que induziriam os governantes estrangeiros a reconhecer a superioridade chinesa ao pagar tributos e aceitarem o status de vassalos. Deveria ser percebido, no entanto, que o clamor chinês de serem “governantes do *tianxia*” não implica tentativa de dominação do mundo. O *tianxia* se referia às áreas limitadas ao redor do império chinês, as quais mal correspondiam ao que chamamos hoje de nordeste e sudeste asiático, além de partes da Ásia Central” (FENG, 2009, p. 31, tradução nossa).

O sistema tributário, baseado na filosofia em torno do *tianxia*, apesar de desigual entre as entidades envolvidas, buscava a harmonia nas relações dos povos, valendo-se de uma hierarquia na qual o império chinês era o centro – um centro, no entanto, de algo holístico, e não um centro conquistador ou intolerante. Em tal sentido, não havia a clara definição entre dois opostos, entre dois Estados, por exemplo, como unidades heterogêneas e independentes, o que contrasta claramente com a visão ocidental westfaliana acerca da soberania intransponível dos Estados.

Assim, o sistema tributário chinês e o *tianxia* fornecem escopo à elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais através do conceito cultural em torno do todo, da inexistência dicotômica entre uma entidade e outra.

As a result, in the Chinese mind, there could be something far away in time and space, but there was never something that was opposite, intolerant, and needed conquering. The far-away was indeed an extension of the self, like great grandfather and the great grandsons in the temporal framework or the center of a ripple and its gradually spreading circles in the spatial framework. This holist worldview is different from the Western dualistic view of the two opposites, where an inevitable conflict is implied (YAQING, 2009, p. 15)⁸.

O *tianxia* possui o ideal, também conhecido pelo termo chinês *datong*, da construção de um mundo harmônico e organizado, baseado em princípios morais e coletivos, integrando o homem e a natureza. Em tal construção, o princípio mais relevante é a harmonização entre “tudo o que há sob o céu” e, neste sentido, a harmonização correlata entre humanidade e natureza, objetivando o ideal de funcionamento harmônico do todo.

De acordo com Zhao Tingyang (2006), há três significados para o termo *tianxia* tão caro à construção chinesa de uma teoria das Relações Internacionais. O primeiro significado possui um sentido geográfico, remontando à China antiga e à noção de que o mundo era formado por lugares que pudessem ser alcançados (referindo-se, portanto, a países vizinhos como Vietnã, Coreia e Japão), sendo a China o centro territorial – simbolizada pela sua autodenominação como Império do Meio, ou seja, o centro de poder. Assim, o imperador chinês detinha o poder sobre as terras que estivessem ao seu alcance, pois seu mandato “advindo do céu” (*tianming*) lhe dava características divinas, concedendo-o a autoridade e a

⁸ “Como resultado, na mentalidade chinesa, poderia haver algo muito distante em tempo e espaço, mas nunca algo que fosse oposto, intolerável e que necessitasse ser conquistado. O que estava distante era, sim, uma extensão do que se conhecia, como um tataravô e seus tataranetos no âmbito temporal ou ondas em torno de um centro, espalhando-se pelo âmbito espacial. Tal visão holística de mundo é diferente da visão dualista ocidental de dois opostos, na qual a inevitabilidade do conflito está implícita” (YAQING, 2009, p. 15, tradução nossa).

responsabilidade moral para comandar a China, os reinos que a formavam e a circundavam, imbuindo coesão territorial e justiça à ordem social.

O segundo significado para tal termo possui aspecto psicológico, pois se refere à concepção inclusiva das gentes. De tal modo, há também a ideia de unicidade para aqueles sob o domínio do imperador, extravasando a concepção que limitaria o *tianxia* às conquistas territoriais. Assim, o imperador buscava aceitação e apoio de seu povo; a tentativa de homogeneizar o tratamento aos súditos, fazendo-os sentir-se parte importante e identificável do império.

Por fim, de acordo com a interpretação de Zhao Tingyang (2006), o terceiro significado para o *tianxia* é de caráter político, referindo-se ao ideal utópico de que aqueles pertencentes ao “tudo o que há sob o céu” deveriam apoiar a coesão do povo, considerando a todos como integrantes de uma mesma família. Consiste, assim, em um princípio de caráter filosófico referente à harmonia, estabilidade e coesão inspiradas pela própria simbologia celeste. Politicamente, tal significado se direciona a compreensão de uma governança mundial, inclinada a institucionalizar o mundo sob a mesma égide de ideais.

No entanto, tais significados para o termo *tianxia* se referem, em maior parte, ao seu contexto clássico e ao entendimento de sua gênese – e, ainda que sejam essenciais tais compreensões, seu significado no contexto hodierno tem sido reconstruído. Tal reformulação ocorre devido às interpretações mais holísticas empregadas ao termo, caracterizando a construção chinesa da teoria das Relações Internacionais pela visão da Globalização e das inter-relações como algo para além do contexto individualista, base consagrada modernamente pela racionalização ocidental. Assim, a reconstrução do *tianxia* se refere à universalização, ao estabelecimento de conexões que privilegiem ao todo, se possível, homogeneamente, e não a visões puramente estadocêntricas e desiguais em seu cerne.

Segundo Yaqing (2009), a visão de mundo holística advinda do *tianxia* poderia modelar a teoria chinesa das Relações Internacionais, de modo a influenciar globalmente, pois as teorias das Relações Internacionais construídas se focam mais na internacionalidade de determinadas políticas mundiais, tendendo a ignorar políticas amplas, mundiais de fato. Assim, o encontro das teorias ocidentais das Relações Internacionais e de uma teoria chinesa das Relações Internacionais poderia produzir um equilíbrio entre as políticas de caráter individualista dos Estados ocidentais e os princípios holísticos e idealistas chineses.

unequal relationship, in the eye of the Confucian scholar, was not that between the animals in the Hobbesian jungle, equal and hostile; not that between the humans in the Lockean society, equal and competitive; not even that between the members in the Kantian culture, equal and friendly. Rather, it was that between father and sons in the Confucian family, unequal but benign. At least, this was the ideal relationship in the traditional Chinese mind and the foundation of the appropriate social order (YAQING, 2009, p. 15)⁹.

Assim, o núcleo característico ao confucionismo, praticado no sistema dinástico chinês, era baseado em relações hierárquicas vistas geralmente como positivas e fundamentais para o funcionamento das famílias e, em maior escala, dos Estados. Tais relações eram fundamentadas em cinco ligações (pai e filhos; imperador e ministros; irmão mais velho e irmãos mais novos; marido e mulher; amigo e amigo), bem como em quatro laços sociais que regulamentavam as relações (propriedade, probidade, honestidade e certo sentido de vergonha). Tais relações e laços sociais, tão notáveis nos princípios chineses antigos, poderiam fornecer escopo à elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais quanto a um funcionamento hierárquico do mundo, porém com forte sentido moral.

A segunda fonte potencial para a construção teórica chinesa das Relações Internacionais é baseada na filosofia de modernização e nas revoluções chinesas. Tal filosofia de modernização se inspira historicamente no momento de clareza da China em torno da noção moderna de internacionalidade, exemplificada com a abertura chinesa ocorrida após as Guerras do Ópio (1839-1842; 1856-1860), conflitos entre Grã-Bretanha e China em torno da proibição chinesa de exportação do ópio indiano, traficado por britânicos, para seus portos. A partir destes conflitos, dentre outros, a China reconheceu a necessidade de pensar sua internacionalidade e o inegável peso da influência das relações internacionais sobre seu *modus operandi*.

Tal momento histórico trouxe à China a ascensão de ideias modernas como soberania e nacionalismo, defendidas por intelectuais e populares chineses desejosos por uma nova China. Em tal sentido, as revoluções internas chinesas contribuíram para a substituição de seu sistema tributário pelo tradicional sistema ocidental westfaliano (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008), bem como para o aumento de influência do pensamento ocidental de competição,

⁹ “Para a filosofia confucionista, ordem é o princípio mais importante na sociedade. O sistema tributário começou com a ideia de relações sociais desiguais, mas tais relações desiguais, no cerne dos ensinamentos de Confúcio, não eram aquelas entre animais na selva hobbesiana, iguais e hostis; não eram aquelas entre humanos na sociedade lockeana, iguais e competitivos; nem aquelas entre membros da cultura kantiana, iguais e amigáveis. Em vez dessas, eram relações entre pais e filhos na família confucionista, desiguais, mas benignas. Ao menos, esse era o tipo ideal de relação na tradicional mente chinesa e o fundamento da ordem social apropriada” (YAQING, 2009, p. 15, tradução nossa).

racionalidade e materialismo, e para a aproximação ao universo ocidental individualista em relação ao mundo.

Em tal sentido, Yaqing (2009) argumenta que o encontro contrastante e conflituoso entre o mundo ocidental e o pensamento e prática chineses, com o passar dos séculos, poderia trazer benefícios à construção teórica chinesa das Relações Internacionais. Segundo o autor, apesar de princípios conflitivos, a China soube internacionalizar-se, adaptando-se ao modelo westfaliano e se tornando um de seus principais atores. Wang (2011) argumenta que, ainda assim, a China mantém certas características de sua cultura clássica, como a busca por uma hierarquia funcional e benéfica e, de tal modo, tal encontro de culturas pode influenciar uma teoria chinesa das Relações Internacionais com determinada flexibilidade.

Por fim, dentre as possíveis fontes para a elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais, segundo Yaqing (2009), há o pensamento reformista e a integração ao sistema internacional. O processo de reforma e abertura da economia chinesa em fins da década de 1970 trouxeram notável desenvolvimento econômico e transformações sociais, interferindo consideravelmente na inserção da China no cenário internacional. Em tal sentido, percebe-se que a China passou por mudanças institucionais, através das quais o governo chinês articulou a inserção internacional do país ao seu crescimento econômico pragmaticamente.

De tal maneira, a política chinesa passou a ser ativa internacionalmente, adaptando-se à rápida movimentação das relações internacionais globalizadas. Em 2004, por exemplo, a China possuiu representação em 266 convenções internacionais multilaterais, o que demonstra seu ajuste ao contexto internacional de modo participativo, adaptando sua realidade doméstica aos padrões internacionais. Tal apto pragmatismo da inserção chinesa no sistema internacional nas últimas três décadas pode influenciar sua teoria das Relações Internacionais (YAQING, 2009).

Houve, também, mudança de caráter social quanto à integração chinesa ao sistema internacional, visto que a identidade do país sofreu certa adaptação. Historicamente, a China possuiu, progressivamente, caracteres isolacionista e revolucionário; todavia, com sua recente inserção ao contexto global, o caráter político chinês convergiu àquele do *status quo* mundial. A adaptabilidade chinesa ao internacional traz à superfície o valor criado em relação à integração do sistema internacional, bem como, devido às revoltas internas precedentes, a manutenção de certos valores nacionalistas. O equilíbrio entre tal integração internacional e os

ideais que marcaram as revoltas internas chinesas busca, em determinado modo, a harmonização do país em suas relações domésticas e internacionais.

Yaqing (2009) argumenta, todavia, que as possíveis fontes para a elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais possuem a falta de uma problemática central como maior desafio para tal edificação. Segundo o autor, a relação entre a China e o sistema internacional pode fornecer tal problemática, pois o país, antigamente desconhecedor de conceitos comuns ao ocidente como soberania, nacionalismo e internacionalismo, soube adaptar-se, após as reformas de abertura econômica promovidas por Deng Xiaoping, ao sistema internacional. Tal complexa relação demonstrou a capacidade de inserção da China ao meio internacional, enquanto a construção de uma teoria chinesa das Relações Internacionais demonstra os aspectos de influência da cultura e política chinesas ao meio internacional e à projeção das relações entre Estados e outros atores.

Segundo Gao (2008), são indispensáveis três passos para a construção de uma teoria chinesa das Relações Internacionais de fato. Para a autora, de modo gradual, os passos devem tomar a seguinte ordem: inicialmente, o estudo das teorias ocidentais de cunho internacionalista para, então, haver a formação sólida de uma oposição ao caráter ocidentalista das Relações Internacionais; em seguida, o esforço para estabelecer as teorias chinesas de interpretação da história mundial, contando a história a partir da própria concepção chinesa; e, por fim, a tentativa de formular um sistema global próximo ao conceito o *tianxia* e cabível à realidade contemporânea.

A influência do conceito de *tianxia* em tal elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais deve, entretanto, ser analisada com cuidado. Tal termo pertencente ao pensamento clássico chinês possuiu aplicabilidades em torno da tributação, por exemplo, exercida por dinastias chinesas antigas, mas deve ser interpretado por outro viés quando inserido na atual construção teórica chinesa das Relações Internacionais, pois, em tal caso, seu significado é reconstruído (YAQING, 2009).

Cronologicamente, o termo *tianxia* começou a ser utilizado de fato pela dinastia chinesa Qin no século III a.C., após a vitória militar e diplomática de tal dinastia sobre outros reinos. O sentido interpretado em relação ao *tianxia* era, então, o da unidade recém-formada, uma visão de governança e ordem com características hierárquicas, centralizadas, rígidas e com o uso da força como alternativa para controlar o povo e mantê-lo obediente às leis imperiais. Em tal contexto, o imperador chinês e sua corte eram vistos como algo único, o centro emanante de poder e ordem, de tal modo que eram proibidas dissensões políticas e

oposições de toda sorte em relação ao centro imperial. O *tianxia* era, em sua gênese, portanto, um sistema rígido e uniformizador de “tudo o que há sob o céu”, com características políticas autoritárias e centralizadoras (WANG, 2011).

Essa primeira formalização do *tianxia* através da dinastia Qin ruiu juntamente a tal império, uma vez que as rígidas políticas praticadas, inclusive em relação às camadas sociais nobres, enfraqueceram o apoio à tal dinastia, estabelecendo sua queda. Todavia, no século I a.C., com a dinastia Han, a terminologia do *tianxia* foi constituída como ideal, baseando-se nos princípios chineses clássicos de harmonia e singularidade do todo, perpassando ideais hierárquicos comuns ao pensamento confucionista, o que trouxe maior adaptabilidade e aceitação ao termo.

Ao longo dos séculos, perdurou, majoritariamente, o sentido de harmonia do todo quanto à interpretação do *tianxia*, especialmente em termos de funcionamento social e continuidade do poder político; entretanto, por vezes, às custas da violação de direitos humanos e de justiça social. O *tianxia*, utilizado em larga escala durante o sistema tributário chinês, fortalecia o imperador e sua elite, uma vez que aumentava a força do império perante o povo e os reinos vizinhos, assim como estabilizava boa parte das relações em torno da China. Todavia, a busca pela homogeneização de comportamentos convergentes ao império chinês e o respeito pela hierarquia proposta pelo mesmo, de certo modo, abriram espaço para o uso autoritário de tal conceito em diversos períodos.

Segundo Wang (2011), o aspecto tributário em torno de “tudo o que há sob o céu” ruiu com o encontro do sistema westfaliano e da sociedade chinesa, através dos conflitos e intervenções ocorridos em território chinês no século XIX, impulsionando a economia e a política chinesas, de certa forma, ao sistema internacional. Tal contexto, que acarretou com a morte de milhões de chineses, a perda relativa de tesouro nacional, dentre outras desvantagens, assistiu à ruína do termo político clássico *tianxia* juntamente à dinastia Qing, destituída em 1911.

Após o caótico período de influências externas e reconstrução chinesa ao longo da primeira metade do século XX, a política chinesa volta a buscar no *tianxia* um ideal de funcionamento e harmonização, porém em diferentes termos. As políticas do líder nacionalista chinês Mao Zedong buscaram adaptar o ideal de *tianxia* a políticas comunistas e à visão de Mao como imperador de “tudo o que há sob o céu”. Todavia, na tentativa de industrializar e desenvolver a China rapidamente, buscando ultrapassar economicamente os Estados Unidos, vistos como o “inimigo capitalista”, as políticas de Mao Zedong acirraram as

relações externas da China em um delicado momento de Guerra Fria, assim como caotizaram as relações trabalhistas e sociais internas do país – tal cenário divergia, assim, da harmonização pacífica proposta pelo *tianxia* clássico (KISSINGER, 2011).

Em relação à contemporaneidade chinesa, percebe-se, nas últimas três décadas, a integração da China ao meio internacional e, mesmo com certas relutâncias, pode-se afirmar que tal integração tem ocorrido de modo eficiente. Em tal sentido, há, empiricamente, uma maior aproximação e assimilação da China ao sistema ocidental westfaliano, ou seja, ao sistema que prioriza a soberania e a individualidade dos Estados como entidades nas relações internacionais. Devido às características modernas do sistema ocidental, como a defesa dos direitos humanos, a democracia e a cooperação internacional, a China se adapta a assimila tais conceitos às suas políticas de modo gradual.

Em tal contexto, a interpretação do *tianxia* como harmonização do todo através das políticas de tributação do império chinês foi findada, pois o contexto moderno e interligado do mundo globalizado, do qual agora a China é integrante, não possuiria espaço para a prática de tal terminologia. Todavia, o termo clássico *tianxia* passa atualmente por um processo de reconstrução, e, assim, marca o ideal – o principal, possivelmente – constitutivo da teoria chinesa das Relações Internacionais (WANG, 2011).

Zhao Tingyang (2006) afirma que o problema em relação às políticas internacionais não são Estados falhos, mas um mundo falho. De acordo com o autor, a concepção de mundo deve se referir à ordem pacífica, e não ao presente caos internacional de interesses entre Estados. A elaboração de uma teoria, portanto, que guiasse as políticas internacionais para uma nova estrutura baseada em ordem e em conceitos de funcionamento harmônico, poderia auxiliar no processo de desenvolvimento aprimorado das relações internacionais.

O funcionamento em harmonia da ordem internacional se daria, de acordo com o ideal chinês de “tudo o que há sob o céu” através de um tipo de organização global, uma entidade que zelasse pelos interesses do todo. Zhao Tingyang (2006) argumenta que tal entidade internacional seria diferente da Organização das Nações Unidas, pois esta, segundo o autor, atua e lida com interesses nacionais, portanto individualistas de cada Estado. Assim, a Organização das Nações Unidas não representa o tipo de instituição global sugerida pelos teóricos do *tianxia* para as Relações Internacionais, pois o processo de reconstrução do *tianxia* percebe a necessidade de um ideal que guie a evolução da ordem internacional a um nível mais amplo e inclusivo de atores, divergindo de interesses puramente nacionais.

Em um recente esforço do Estado chinês para o reflorescimento de seus conceitos clássicos, percebe-se uma renovação no sentido do ideal do *tianxia*. A visão mundial chinesa a partir do *tianxia* tem sido reconstruída com direcionamento oposto àquele do sistema ocidental, ou seja, divergente de conceitos como equilíbrio de poder, competição entre nações, conflitos interestatais e desigualdade entre Estados, e tal reconstrução é percebida na literatura que tem se desenvolvido acerca da formulação de uma teoria chinesa das Relações Internacionais.

A representative work has been by Zhao Tingyang, a Beijing-based Chinese philosopher. [...] Zhao described [that] the rise of China simply provides the appropriate opportunity and the needed resources and evidence for the advancement and implementation of this set of ideas in China and all over the World. Zhao presents his highly sino-centric view of the world with conscious effort to make it “universal”, but labors hard to separate this idea from Kantian ideas of “cosmopolitan commonwealth” and perpetual peace under a “federation of free (sovereign) states”. Zhao dismisses Kantian ideas with a liner thinking of the allegedly “irreconcilable incompatibility” between laws enshrining individual rights/interests and a worldwide “harmonious” political order (WANG, 2011, p. 23)¹⁰.

No sentido de renovar o *tianxia* de modo a utilizá-lo para a teorização e análise do cenário internacional sob a ótica chinesa, tal ideal se volta à ênfase do todo, da inclusão plena, da unidade em termos amplos, da centralidade e totalidade de tudo o que há no mundo. O *tianxia* defende um sistema sociopolítico mundial em que normas e princípios, como ordem e harmonia, devem servir à maximização de interesses globais e valores humanos – em contraste com as políticas individualistas generalizadas e conflitivas entre interesses individuais, interesses societários e interesses estatais.

Há, na reconstrução atual do *tianxia* um sentido de hierarquia entre mundo, nações e família, diferentemente do sentido hierárquico moderno ocidental de indivíduo, sociedade e Estado. Wang (2011) argumenta que, assim como em sua gênese, o conceito em torno de “tudo o que há sob o céu” mantém suas características em prol do sentido comunitário, abrangente, desviando, assim, de construções teóricas que privilegiem o individualismo.

¹⁰ “Um trabalho representativo tem sido o de Zhao Tingyang, um filósofo chinês residente em Pequim. (...) Zhao descreve (que) o crescimento da China simplesmente provê a oportunidade apropriada e os recursos necessários e evidencia o avanço e a implementação desse conjunto de ideias na China e no mundo todo. Zhao apresenta sua visão altamente sinocêntrica do mundo com o consciente esforço de torná-la ‘universal’, mas separa tal ideia das ideias kantianas de ‘riqueza comum cosmopolita’ e paz perpétua sob uma ‘federação de Estados (soberanos) livres’. Zhao desconsidera as ideias kantianas com o pensamento de que há uma ‘incompatibilidade irreconciliável’ entre leis que sacralizam os interesses/direitos individuais e uma ‘harmônica’ ordem política mundial” (WANG, 2011, p. 23, tradução nossa).

Podem-se citar, segundo tal autor, as seguintes três ideias basilares do *tianxia* como política de alcance mundial: toda a terra do mundo, e mesmo os oceanos, são de propriedade comum a todos; todas as pessoas fazem parte de uma mesma entidade geral; deve haver uma instituição mundial em comando da ordem e da governança global, evitando o conflituoso e politicamente dividido sistema westfaliano. De tal modo, a reconstrução do *tianxia* poderia influenciar na elaboração de uma teoria das Relações Internacionais através, por exemplo, do seu sentido de globalidade, uma vez que idealiza a incorporação de todas as terras e todas as pessoas, almejando uma harmonia em torno do todo.

Assim, tal termo clássico serve como representação do pensamento chinês em relação ao mundo na elaboração de condições para uma ordem internacional nova, mais harmônica e racional. Pode-se assimilar, portanto, que as ideias em torno do *tianxia* pretendem o alcance de uma instituição mundial aperfeiçoada, buscando administrar o todo através de objetivos comuns que evitem o caos advindo de interesses conflituosos no cenário global.

Many others [authors] have contributed to the impressive rejuvenation of the *tianxia* idea as a viable and superior alternative to the Westphalian conception of world order. Some anthropologists and sociologists argue that the *tianxia* idea represents a Chinese cosmological view that has been underestimated and overlooked but offers great model value of inclusiveness and tolerance of differences and diversity to be appreciated in a world that now is experiencing a powerful and conflicts-prone globalization (WANG, 2011, p. 24)¹¹.

Wang (2011) interpreta, além disso, o *tianxia* como sistema evoluído e renovado como a principal interpretação de teóricos do campo de estudo das Relações Internacionais.

A more noteworthy general trend about the resurgence of the *tianxia* idea has been the evolution from a mostly semantic, philosophic, cosmologic, and historical discourse to thinking the idea in relevance to foreign policy and world politics. Influential foreign policy analysts have quite forcefully presented the rejuvenated and remodeled *tianxia* idea as a legit alternative and powerful critique of the dominant Westphalian world order. The *tianxia* world system is articulated to be a system based primarily on hierarchical order of authority derived from righteousness, rituals, and differentials, not an international system based on power and sovereignty-based equality, thus separates the Chinese view of world order from the Western, Westphalian, view and may provide the much-needed valuable vision to help formulating a new and harmonious world order, despite that the idea does denote structured hierarchy and inequality of individual sub-units and thus may be in

¹¹ “Muitos outros (autores) têm contribuído para a impressionante renovação da ideia do *tianxia* como uma alternativa viável e superior à concepção westfaliana de ordem mundial. Alguns antropólogos e sociólogos argumentam que a ideia do *tianxia* representa uma visão cosmológica chinesa que tem sido subestimada e ignorada, mas que oferece um grande modelo de valor à inclusão e tolerância das diferenças e diversidades, de modo a serem apreciadas em um mundo que agora vive uma globalização poderosa e inclinada a conflitos” (WANG, 2011, p. 24, tradução nossa).

conflict with the currently dominant worldviews valuing national and individual equality, independence and sovereignty (WANG, 2011, p. 24)¹².

Yaqing (2009) argumenta que a estrutura em torno do *tianxia*, ainda que passível de certas adaptações ao longo dos séculos, forneceu à elite imperial chinesa um sistema hierárquico e político que, majoritariamente, assegurou a coesão do país. Com base em inovações institucionais advindas dos impérios chineses Qin e Han, adeptos de políticas de poder e ideologias normativas, legalistas e referentes ao Confucionismo, o *tianxia* evidenciou sua eficiência como ideal para a estrutura governante, notavelmente em termos de longevidade e resiliência. Assim, o sistema baseado no *tianxia* representou, historicamente, a teorização e aplicação dos interesses da elite imperial e sua visão de ordem mundial, marcada pela busca da ordem do todo em um cenário pacífico.

Percebe-se, também, a continuidade do *tianxia*, acompanhado pelo sistema tributário clássico chinês, ao longo de aproximadamente dois milênios na cronologia da China. O *tianxia* sempre foi a escolha dos imperadores chineses historicamente; entretanto, com as fortes influências e agressiva entrada de países ocidentais na China no século XIX, as alternativas em torno do *tianxia* clássico decaíram, dada a inclusão assertiva do gigante asiático ao meio internacional e seu dominante sistema westfaliano.

Segundo Wang (2011), porém, com o atual movimento de ressurgência e reelaboração de ideias clássicas chinesas, a China tem demonstrado um considerável foco em equilibrar seu sistema de pensamento clássico à realidade internacional, de modo a fornecer a possibilidade de construção de uma nova ordem internacional – ou, ao menos, uma renovação da ordem existente em parâmetros mais pacíficos e menos estadocêntrico. Com a ascensão econômica e política chinesa ao longo do último século, a China, agora mais próxima à relevância dada aos países centrais do sistema internacional, intenta a renovação da ordem internacional, movida por sua influência cultural às definições em torno do *tianxia* e do

¹² “Uma tendência generalizada e mais notável sobre a ressurgência da ideia do *tianxia* tem sido a evolução de um discurso majoritariamente semântico, filosófico, cosmológico e histórico para o pensamento de tal ideia como relevante à política externa e às políticas mundiais. Influentes analistas de política externa têm, esforçadamente, apresentado a renovada e remodelada ideia do *tianxia* como uma alternativa legítima e crítica poderosa à ordem ocidental westfaliana dominante. O sistema mundial do *tianxia* é articulado para ser um sistema baseado primeiramente na ordem hierárquica de autoridade derivada do que é correto, de rituais e diferenciais, não um sistema internacional baseado em força e igualdade através de soberania, por conseguinte separando a visão chinesa de mundo da ocidental, westfaliana, podendo prover a visão válida e muito necessitada para auxiliar a formulação de uma nova ordem mundial harmoniosa, ainda que a ideia denote hierarquia estruturada e desigualdade de sub-unidades individuais e, de tal modo, possa conflitar as dominantes visões de mundo atuais, que valorizam a igualdade nacional e individual, a independência e a soberania” (WANG, 2011, p. 24, tradução nossa).

datong, mas inclusa e ativa em um cenário mundial ainda ditado pelos valores ocidentais de estadocentrismo, interesses individuais e soberania estatal.

Gao (2008) argumenta, entretanto, que a formulação atual de uma teoria chinesa das Relações Internacionais, baseada na reconstrução do *tianxia*, pode ser questionada teoricamente devido à origem imperialista do termo, assim como seu caráter de nuances utópicas em relação à manutenção da paz e a um mundo de governança holística. Haveria, segundo a autora, um embate entre os aspectos imperialistas da China antiga e suas políticas atuais de ascensão pacífica.

Em tal sentido, devem-se considerar, porém, os aspectos comuns de idealização a processos teóricos, válidos a respeito da tentativa de mudança estrutural, ainda que não pareçam plenamente aplicáveis no momento contemporâneo. As ideias kantianas, por exemplo, visavam à manutenção da paz através de um projeto perpétuo de Estados soberanos e livres, cooperando em prol da paz mundial. Tal ênfase nos agentes estatais difere claramente as ideias kantianas do ideal do *tianxia*, mas ambos convergem ao soarem, de certa forma, utópicos em sua complexidade teórica e contexto histórico, estabelecendo, porém, ideais que influenciam a aproximação possível a ele através das ações dos Estados e de outros atores internacionais.

Empiricamente, o papel a ser desempenhado pela China em relação ao sistema internacional, bem como seu reflexo e influência na elaboração de sua teoria das Relações Internacionais, permanece, em realidade, incógnito. A reconstrução de antigos conceitos chineses, por exemplo, sugere uma busca de reordenamento do sistema internacional, adequando-se de modo mais harmônico em sentido global, consideravelmente inclusivo e ordenado. Porém, a relativa adequação da China aos padrões ocidentais, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, influentes na internacionalização intensa do país, indica possíveis conflitos entre a ordem ocidental dominante e as visões chinesas de mundo, inspirando, possivelmente, a busca pelo balanceamento da perspectiva chinesa à visão de mundo westfaliana e seu molde, fornecendo graduais adaptações a um sistema mais global e harmônico (WANG, 2011).

A elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais se mantém em processo, reconstruindo termos clássicos como o *tianxia* e edificando aspectos interpretativos e de projeção do sistema internacional condizentes com a ascensão pacífica chinesa. Embora as características de tal teoria apontem para uma visão utópica de uma futura ordem internacional, as elaborações teóricas em torno da ótica chinesa sobre o ordenamento global

funcionam como reflexo notável de que há a necessidade de expandir as teorizações das Relações Internacionais a um prisma mais amplo, levando-se em consideração o reordenamento do sistema internacional, a entrada de atores relevantes econômica e politicamente e os desafios contemporâneos impostos pelo sistema mundial globalizado.

Callahan (2007) sugere a probabilidade de que uma teoria chinesa das Relações Internacionais defenderá, em realidade, uma interpretação da ordem internacional com características amplas e igualitárias que, apesar de serem baseadas em termos culturais chineses, representariam uma “Globalização das teorias das Relações Internacionais” devido à inclusão global de atores, dando relevância a Estados comumente ignorados pelas teorias tradicionais.

Segundo Hückel (2012), a teoria chinesa se diferenciará das teorias ocidentais das Relações Internacionais pelo foco dado à cultura e a identidade cultural. Nas interpretações tradicionais ocidentais, como o Neorrealismo e o Neoliberalismo, há a evidenciação dada através, respectivamente, de Estados como unidades idênticas e interesses de natureza material, porém não há destaque a fatores culturais ou psicológicos. Tais fatores, bem como a ideia em torno da construção da própria imagem e identidade do Estado, são vistos com importância pela ótica chinesa frente às Relações Internacionais.

Zhao Tingyang (2006) reconhece que a visão de mundo holística e inclusiva representada pelo *tianxia* pode não ser realista em termos de adoção plena de tal ideal como política. Todavia, o autor defende que os elementos fornecidos pela reconstrução do *tianxia*, em conjunto com as características pacíficas de ascensão da China, servirão para a reinterpretação de questões globais, de forma a caracterizar, gradualmente, a ordem internacional de modo mais inclusivo e amplo, podendo, no futuro, dar surgimento à uma idealizada instituição global que defenda interesses do todo, que atue pelas pessoas, abandonando a ótica estadocêntrica vigente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão econômica e política da China após as aberturas de caráter liberal promovidas por Deng Xiaoping trouxeram maior notabilidade aos estudos acadêmicos sobre a China e sobre aqueles produzidos pela mesma. Em tal sentido, a elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais têm se mostrado um processo em iminência, ainda que, no presente, sem resultados oficiais.

A falta de um núcleo sólido de estudos para a formulação e a conclusão de uma teoria chinesa das Relações Internacionais são alguns dos consideráveis entraves à formalização de tal teoria, bem como a resistência do campo à inclusão de teorias não ocidentais, uma vez que guiam as políticas internacionais em vigência, de caráter majoritariamente ocidental – aos moldes dos cenários pós-Guerras Mundiais, nos quais foram concebidas. No entanto, especialmente nos últimos seis anos, percebe-se progressivo aumento de produções teóricas acerca do tema, e, de tal modo, uma teoria para as Relações Internacionais advinda da China toma contornos mais acentuados.

Deve-se acentuar a dificuldade de aceitação da academia de Relações Internacionais em torno da elaboração de uma teoria analítica e projetiva de tal área que não pertença às cátedras ocidentais. Em tal sentido, percebe-se provável e adicional demora à conclusão e formalização de uma teoria chinesa das Relações Internacionais, dada a resistência comum à academia internacionalista. Todavia, a explicação e interpretação do sistema internacional por prismas diferentes dos usuais, e que reflitam a contemporaneidade das relações que regem o mundo, faz-se eminente e necessária. Assim, em relação à elaboração chinesa, há gradual aumento dos estudos em torno dos conceitos clássicos da cultura sinocêntrica, basilar para a formulação da teoria chinesa das Relações Internacionais.

A reconstrução do termo *tianxia*, por exemplo, é fundamental na elaboração de tal teoria, pois remodela princípios clássicos da cosmologia chinesa e sugere a aplicação dos mesmos na análise e na projeção do sistema internacional. Dentre tais princípios, notavelmente, estão a harmonia, a liderança global, a hierarquização para o funcionamento do todo (de modo não abusivo), a busca pela concretização de interesses que incluam o máximo de atores possíveis, e não a ênfase na realização de interesses individuais ou estatais, frequentemente conflitivos. O conceito *tianxia*, portanto, indica uma maior coesão e harmonia ideal sobre “tudo o que há sob o céu”, e pauta, de fato, a maior parte das produções chinesas acerca do processo de construção de uma teoria da China para as relações entre os atores

internacionais, guiando a política internacional, de tal modo, a posicionamentos que diferem notavelmente daqueles que imperam no sistema mundial.

É perceptível, certamente, o caráter idealista em torno da elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais, porém, é necessário constatar o fato de que tal caracterização não inferioriza os princípios que têm inspirado tal construção. O processo de idealização é comum à teorização, uma vez que as teorias ambicionam, com frequência, um estado perfeito a ser buscado, ainda que tal plena concretização não seja possível. Teorias importantes para as Relações Internacionais, a exemplo daquelas oriundas do Liberalismo e frequentemente baseadas no projeto de paz perpétua escrito pelo filósofo prussiano Immanuel Kant, incitavam processos de cooperação e soberania dos Estados a partir de um sistema de direitos cosmopolíticos que trariam a paz – e, ainda que tais teorias tenham falhado em seu objetivo final, possuem relevância para os estudos das Relações Internacionais, bem como guias para a política externa, uma vez que influenciaram e incentivaram a valorização, por exemplo, do aspecto de soberania estatal.

Assim, aspectos idealistas não invalidam a construção de teorias, nem mesmo de suas aplicabilidades, ainda que em termos reduzidos. Em relação à teoria chinesa em construção das Relações Internacionais, o *tianxia* representa também o ideal da união do todo e da instituição de uma entidade global que zelasse pelo mundo e pela humanidade, e não por indivíduos e Estados, podendo soar surreal em comparação ao cenário internacional contemporâneo; todavia, não invalida a busca por um sistema internacional mais ordenado e inclusivo, nem a aplicação mais próxima de tais princípios em um futuro relativamente distante.

A Nova Ordem Mundial exige novas teorizações acerca das relações que envolvem indivíduos, sociedades, organizações e Estados. O foco ocidentalista das Relações Internacionais, especialmente em relação às teorias produzidas para a análise e projeção do cenário internacional, não é suficiente para uma interpretação fidedigna do sistema global e de suas recentes transformações – e, em tal aspecto, a teoria chinesa das Relações Internacionais, ainda que em formação, mostra potencial para suprir tal lacuna analítica através de seu prisma inclusivo de atores internacionais.

Quanto aos possíveis impactos da aplicação de uma teoria chinesa das Relações Internacionais, a partir dos estudos que estão sendo formulados, pode-se supor que, primeiramente, elencariam a China a uma posição de ainda maior proeminência no cenário internacional, uma vez que as teorias em elaboração contém um alto teor de cultura chinesa

em si. É possível, também, um maior destaque de outros pensamentos das Relações Internacionais advindos de países não pertencentes ao centro mundial, influenciados, assim, a construir suas próprias teorias das Relações Internacionais também.

Em tal sentido, estima-se que a China precisaria, em uma Nova Ordem Mundial influenciada por uma teoria sua das Relações Internacionais, guiar o mundo para a compreensão de seus conceitos acerca do todo e da harmonização global, bem como do favorecimento das gentes, e não dos Estados. De modo gradual, a ênfase de interesses perderia, portanto, seu *status* comumente estadocêntrico.

Em um amplo espaço de tempo, poderia se supor o impacto de uma maior homogeneização das relações entre os atores internacionais – todos eles, de certa forma. Tal perspectiva advém do fato de que as elaborações mais relevantes acerca de uma teoria chinesa das Relações Internacionais apontam para a equalização entre os atores e a busca pela efetivação de interesses mais globais e pacíficos, sobrepondo a importância da humanidade à importância de Estados ou divisões políticas.

Diante da recente e ainda escassa literatura sobre o tema proposto no presente trabalho, novos e constantes estudos que deem continuidade ao processo de compreensão da elaboração de uma teoria chinesa das Relações Internacionais se fazem indispensáveis. Apesar das abordagens florescidas recentemente sobre a construção de uma teoria chinesa das Relações Internacionais, não há evidência clara acerca do surgimento oficial de tal elaboração. É possível, ainda que não se possa afirmar em definitivo, que as autoridades chinesas do Partido Comunista Chinês tenham encomendado tal estudo para núcleos acadêmicos chineses (*Think Tanks*). Todavia, percebe-se destaque aos estudos acadêmicos guiados por autores como Zhao Tingyang e Qin Yaqing, líderes, de certa forma, de tal processo de elaboração teórica.

O lançamento oficial de tal teoria na área acadêmica pode ocorrer em um período relativamente curto de tempo, o que intensifica a necessidade da busca pelo entendimento das concepções chinesas para as relações entre os atores internacionais. Apesar do curto espaço de tempo no qual os estudos acerca da construção de uma teoria chinesa das Relações Internacionais foram iniciadas, a relevância de tal tópico é inegável. A reordenação do sistema internacional e de suas relações, com a proeminência de novos atores, influencia e é influenciada pelas teorizações que guiam o sistema mundial e, em caráter amplo, o futuro da política internacional e das Relações Internacionais. De modo gradual, inicia-se o nascimento de uma teoria não ocidental das Relações Internacionais, guiada pela China, caracterizando-se

como marco notável da mudança, lenta, mas existente, da estrutura mundial. Compreender o pensar das Relações Internacionais é, de tal modo, o primeiro e importante passo para o entendimento da realidade próxima do cenário internacional e de seus atores.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Conclusion: on the possibility of a non-Western IR theory in Asia. **International Relations of the Asia-Pacific**. Oxford, v.7, n.1, p. 427-438. Disponível em <<http://irap.oxfordjournals.org/content/7/3/427.abstract>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

CALLAHAN, William. Tianxia, Empire and the World: Soft Power and China's Foreign Policy Discourse in the 21th Century. **BICC Working Series**, Manchester: British Inter-University China Centre, n. 1, 24 p, 2007. Disponível em <<http://www.bicc.ac.uk/files/2012/06/01-Callahan.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p.

CHEN, Ching-Chang. The absence of non-western IR theory in Asia reconsidered. **International Relations of the Asia-Pacific**. Oxford, v.11, n.1, p. 1-23, 2011. Disponível em <<http://irap.oxfordjournals.org/content/11/1/1.abstract>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

ECONOMIST INTELLIGENTE UNIT. **China: the balance sheet**. Nova Iorque: BBS Publications, 2006, p.3.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008. 520 p.

FENG, Zhang. Rethinking the 'Tribute System': Broadening the Conceptual Horizon of Historical East Asian Politics. **Chinese Journal of International Politics**, Oxford, v.2, p. 545-574, 2009. Disponível em <<http://cjitp.oxfordjournals.org/content/2/4/545.full.pdf+html>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

GAO, Yanli. China's World View and World Historical Studies. **Dimensioni e Problemi della Ricerca Storica**, Roma, v.1, n.1, p. 255-268, 2008. Disponível em <<http://dev.dsmc.uniroma1.it/dprs/?q=volume/1.2008>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

HÜCKEL, Bettina. Theory of International Relations with Chinese Characteristics: the Tianxia System from a Metatheoretical Perspective. **Diskurs**, Berlim, v. 8, n.2, p. 34-65, 2012. Disponível em <<http://www.diskurs-zeitschrift.de/2013/01/25/theory-of-international-relations-with-chinese-characteristics-the-tian-xia-system-from-a-metatheoretical-perspective/>>. Acesso em: 10 de fev. 2014.

KENNEDY, Paul. **The Rise and Fall of the Great Powers**. Londres: Unwin Hyman, 1988. 539 p.

KRISTENSEN, Peter; NIELSEN, Ras. Constructing a Chinese International Relations Theory: A Sociological Approach to Intellectual Innovation. **International Political Sociology**, Copenhagen, v.7, n.1, p. 19-40, 2013. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ips.12007/pdf> >. Acesso em: 20 jan. 2014.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 572 p.

LYRIO, Maurício. **A Ascensão da China como Potência: Fundamentos Políticos Internos**. Brasília: FUNAG, 2010. 212 p.

MEDEIROS, Carlos. China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – III CNPEPI, 2008, Rio de Janeiro. O Brasil no mundo que vem aí. Seminário: **China**. Brasília: FUNAG, 2008. p. 89-112.

NOGUEIRA, João; MESSSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p.

PINTO, Paulo. China: a Ascensão Pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.48, n.2, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200004>. Acesso em: 12 de mar. 2014).

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005. 383 p.

TINGYANG, Zhao. Rethinking Empire from a Chinese Concept. **Social Identities: Journal for the Study of Race, Nation and Culture**. Routledge, Londres, v.12, n.1, 2006, p. 29-41. Disponível em < <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504630600555559>>. Acesso em: 10 de dez. 2013.

VISENTINI, Paulo. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011. 168 p.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. 344 p.

WANG, Fei-Ling. Between Tianxia and Westphalia: China Searches For Its Position in the World. In: THE ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, n.8, 1-4 set. 2011, Seattle.

YAQING, Qin. Development of International Relations Theory in China. **International Studies**, New Delhi, v.46, n.1, p. 185-201, 2009. Disponível em <<http://isq.sagepub.com/content/46/1-2/185.refs.html>>. Acesso em: 29 nov. 2013.